

COMISSÃO ESPECIAL DO PLANO DIRETOR

AUDIÊNCIA PÚBLICA REALIZADA EM 06 DE MARÇO DE 2007.

Presidência do Sr. Vereador Dr. Jairinho, Presidente da Comissão.

Às dez horas e trinta minutos, no Plenário Teotônio Villela, tem início a Audiência Pública da Comissão Especial do Plano Diretor, sob a Presidência do Sr. Vereador Dr. Jairinho, Presidente da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (DR. JAIRINHO) – Senhoras e Senhores, bom-dia!

Dou por aberta a Audiência Pública inaugural, com base no que preceitua o artigo 4º, § 7º, da Resolução nº 1.052/06, de autoria da Mesa Diretora, Comissão Especial e Comissão de Justiça e Redação, que “Estabelece procedimentos especiais, prazo e prerrogativas em relação à tramitação do Projeto de Lei Complementar nº 25/2001 (Mensagem nº 81) e dá outras providências”, de autoria do Poder Executivo, que “dispõe sobre a política urbana do município, instituindo o Plano Diretor Decenal da Cidade do Rio de Janeiro”.

Conforme o caput do artigo 4º, § 7º, da Resolução nº 1.052/06, fica determinada participação de todas as comissões permanentes e representantes da sociedade civil, a fim de estabelecer-se o cronograma de trabalho, os canais de comunicação com a sociedade civil e para propiciar um debate inicial.

Quero agradecer a presença dos Srs. Vereadores Rubens Andrade, Romualdo Boaventura, Dr. Nelson Ferreira, Charbel Zaib, Teresa Bergher, Roberto Monteiro, Eliomar Coelho, Prof. Célio Lupporelli, Jerominho e Nadinho de Rio das Pedras. Antes de ler o cronograma de trabalho, vou fazer um breve histórico do Relatório de Tramitação do Projeto de Lei Complementar nº 25/2001 (Mensagem nº 81/2001), de autoria do Poder Executivo, que “Dispõe sobre a Política Urbana do Município, instituindo o Plano Diretor da Cidade do Rio de Janeiro”, que foi apresentado a esta Casa e publicado no Diário da Câmara Municipal em 08/10/2001, págs. 49 e 77.

Os Srs. Vereadores que compõem a Mesa e que compõem a Comissão Especial do Plano Diretor são os seguintes: Vereador Dr. Jairinho, Presidente; Vereador Guaraná, Vice-Presidente; Vereador Jorge Felipe, Relator; Vereador Jerominho; Vereador Chiquinho Brazão; Vereador Nadinho de Rio de Pedras; Vereadora Aspásia Camargo; Vereadora Lucinha; Vereador Jorge Pereira.

(LENDO)

Ao iniciarmos esta Audiência Pública é bom que se façam alguns esclarecimentos, em sucinto relato, da tramitação da matéria nesta Câmara Municipal, desde a apresentação do projeto original, em outubro de 2001, até a presente data:

1 – A apresentação do PLC nº 25/2001, visava atender ao preceituado na Lei Complementar nº 16 de 04 de junho de 1992, que impôs a revisão do Plano Diretor após 10 anos.

2 – Assim, tempestivamente, o Chefe do Poder Executivo, encaminhou à Câmara Municipal através da Mensagem nº 81/2001, sua proposta de atualização do “Plano Diretor da Cidade do Rio de Janeiro”.

3 – Ocorre que o referido PLC nº 25 foi duramente questionado, inclusive pelo Ministério Público, já que não atendeu às exigências previstas no Art. 40, § 4º, Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, que “Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências” e dispõe sobre o Estatuto da Cidade, *verbis*.

“Art. 40 - O Plano Diretor, aprovado por Lei Municipal, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana.

§ 1º - O Plano Diretor é parte integrante do processo de Planejamento Municipal, devendo o Plano Plurianual, as diretrizes orçamentárias e o Orçamento anual incorporar as diretrizes e as prioridades nele contidas.

§ 2º - O Plano Diretor deverá englobar o território do Município como um todo.

§ 3º - A Lei que instituir o Plano Diretor deverá ser revista, pelo menos, a cada dez anos.

§ 4º - No processo de elaboração do Plano Diretor e na fiscalização de sua implementação, os Poderes Legislativo e Executivo Municipais garantirão:

I – A promoção de Audiências Públicas Debates com a participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade;

II – A publicidade quanto aos documentos e informações produzidos;

III – O acesso de qualquer interessado aos documentos e informações produzidos.”

Discussões intermináveis envolveram o tema e a tramitação do Projeto questionado, culminando com a paralisação de sua tramitação até o final daquela Legislatura, ocorrida em 31/12/2004.

4 – Reiniciada nova Legislatura (2005 – 2008) de imediato, zelosa e responsávelmente, a Câmara Municipal do Rio de Janeiro instituiu, através da Resolução nº 1.016/2005, uma

Comissão Especial com a finalidade de propor a atualização do Plano Diretor da Cidade do Rio de Janeiro.

5 – De imediato, a citada Comissão Especial ampliou os Debates e, através de palestras, Seminários e Audiências Públicas, alcançou a Sociedade Civil Carioca e a todas as áreas de planejamento, buscando inclusive ouvir autoridades Estaduais e Federais e pessoas com elevado grau de conhecimento da matéria, além de, naturalmente, todas as Secretarias Municipais.

6 – Submetido às críticas contundentes, o Poder Executivo reconhece que o Projeto de Lei Complementar nº 25/2001 foi de lavra da Procuradoria Geral e, dessa forma, alijadas das discussões as demais Secretárias.

Ato contínuo, editou Decreto constituindo uma Comissão, sob a Presidência do Secretário de Urbanismo, para que fosse reelaborada uma nova proposta a ser encaminhada a esta Câmara Municipal.

7 – Ao tempo que se iniciava o recesso parlamentar de julho de 2005, o Poder Executivo, através da Secretaria de Urbanismo, começou a realizar Audiências Públicas regionalizadas, para concluir seu diagnóstico e outras análises fundamentais ao sucesso do objetivo colimado.

8 – Findo o ano 2005, o Poder Executivo, nos meses de abril e maio de 2006, encaminhou finalmente seu anteprojeto à consideração e análise do COMPUR – Conselho Municipal de Política Urbana.

9 – Após ter elaborado seu anteprojeto, que finalmente recebeu pelo menos 21 sugestões do COMPUR, Conselho Municipal de Política Urbana, o Senhor Prefeito permaneceu resolutivo, recusando-se a encaminhar a sua nova proposta à Câmara Municipal, alegando já tê-lo feito em 2001.

10 – Tendo conhecimento da nova proposta elaborada pelo Poder Executivo, não encaminhada à Câmara Municipal, o Poder Legislativo, atendendo a dispositivo regimental (Art. 346 Do Regimento Interno), elegeu a presente Comissão de Mérito para análise e parecer ao projeto original.

A Comissão de Mérito, visando dar cunho de legalidade ao processo, apresenta, em 21/06/2006, como Substitutivo nº 01, a proposta de lavra do Poder Executivo encaminhada à análise do COMPUR, Conselho Municipal de Política Urbana, assim justificando:

“A Comissão Especial de que trata o Art. 346 do Regimento Interno (Plano Diretor), analisando a proposta do Poder Executivo e objetivando estabelecer a ordem, o ponto das discussões, o texto para a apresentação de Emendas por parte dos Senhores Vereadores e sugestões dos Cidadãos a respeito do Plano Diretor em tramitação nesta Casa, através do Projeto de Lei Complementar nº 25/2001, visa atualizar e substitui o Plano Diretor Decenal da Cidade do Rio de Janeiro aprovado pela Lei Complementar nº 16 de 4 de junho de 1992, e dá outras

providências, por força da Lei Federal nº 10.257, de 10 de junho de 2001.”

(INTERROMPENDO A LEITURA)

Aí tem as considerações, que eu não vou ler aqui agora, dentro da nossa Comissão, que resultou de provocarmos o Poder Executivo para que fosse mandado o Substitutivo nº 3.

(LENDO)

Finalmente cabe esclarecer que essa Comissão Especial não se comprometeu com a aprovação desse texto, todavia, precisava decidir de alguma forma no sentido de definir um ponto de partida para a discussão nesta Casa, nas Audiências Públicas e, o mais importante, viabilizar a tramitação da matéria, no sentido de receber Emendas dos Senhores Vereadores, das Comissões Permanentes, dos Cidadãos, Entidades da Sociedade Civil e, também, dessa Comissão Especial, que emitirá parecer de mérito sobre tudo que for apresentado.

Desta forma, justificamos a apresentação de Substitutivo ao Projeto de Lei Complementar nº 25/2001, de autoria do Poder Executivo, que “Dispõe sobre a Política Urbana do Município, instituindo o Plano Diretor da Cidade do Rio de Janeiro”.

11 – Em 10/08/2006, através de sua bancada, o Senhor Prefeito apresenta à Câmara Municipal o Substitutivo nº 02, também, objeto de análise e parecer.

12 – Apresentando o Substitutivo em meado de agosto, foi fixado o prazo de 45 dias para que a Sociedade Civil e os Senhores Vereadores apresentassem sugestões à Comissão de Mérito, para serem incluídas na matéria sob apreciação.

Assim o recebimento de inúmeras sugestões que publicamos acompanhando este parecer, para que, desejando, os Senhores Vereadores possam ofertá-las efetivamente como Emendas no Plenário.

13 – Devemos acrescentar que a tramitação do Substitutivo está extremamente prejudicada, vez que mais da metade dos Senhores Vereadores que integram esta Casa de Leis encontravam-se em campanha eleitoral própria ou de interesse partidário, não se encontrando totalmente voltados para tão relevante tema.

Assim, esperamos que, finalizadas às eleições, as atenções se voltem para o Plano Diretor, cuja relevância é por demais conhecida, cuja importância é incontestável.

De uma reunião dos Senhores Vereadores dessa Casa, resultou a apresentação do Substitutivo nº 3, encaminhado através da Mensagem nº 78, de 18 de outubro de 2006.

(INTERROMPENDO A LEITURA)

Foi quando o Prefeito Cesar Maia enviou à Câmara Municipal, provocado por essa Comissão do Plano Diretor, o Substitutivo nº 3, com a seguinte justificativa:

(LENDO)

“Dirijo-me a Vossas Excelências para encaminhar o incluso Substitutivo ao Projeto de Lei Complementar nº 25, de 2001, que “Dispõe sobre a Política Urbana do Município, instituindo o Plano Diretor da Cidade do Rio de Janeiro”, tendo em vista o disposto abaixo.

Os §§ 2º e 4º do art. 452 da Lei Orgânica Municipal dispõe que cabe ao Poder Executivo a elaboração do Plano Diretor e a iniciativa de sua apresentação.

Além disso, há jurisprudência firmada quanto à perda de autoria de projetos iniciais cujos substitutivos tenham sido aprovados, norma essa prevista também no parágrafo único do art. 220 do Regimento Interno da Câmara Municipal do Rio de Janeiro.

Portanto, sabendo que a Câmara Municipal do Rio de Janeiro, respeitando o princípio da preservação da iniciativa para determinadas matérias, freqüentemente, pauta suas decisões com base nos preceitos acima citados, decidi encaminhar o presente Substitutivo ao Projeto de Lei Complementar nº 25, de 2001, a fim de propiciar a recomendada tramitação da matéria.

Envio a presente Mensagem, contando com o apoio dessa Casa a esta iniciativa, ao tempo em que renovo expressões de distinta consideração e nímio apreço.

CÉSAR MAIA

SUBSTITUTIVO Nº 02 – Vereadores PFL
Plenário Teotônio Villela, 10 de agosto de 2006.

Vereador PAULO CERRI	Vereador JORGINHO DA S.O.S
Vereador ALEXANDRE CERRUTI	Vereadora LEILA DO FLAMENGO
Vereador ALOÍSIO FREITAS	Vereador MARCELINO D'ALMEIDA
Vereador CARLO CAIADO	Vereador NADINHO DE RIO DAS PEDRAS
Vereador CLÁUDIO CAVALCANTI	Vereadora SILVIA PONTES
Vereador INDIO DA COSTA	Vereadora TERESA BERGHER
Vereador IVAN MOREIRA	

SUBSTITUTIVO Nº 01 COMISSÃO
Plenário Teotônio Villela, 06 de junho de 2006.

Vereador DR. JAIRINHO
Presidente

Vereador GUARANÁ

Vice-Presidente

Vereadora ASPÁSIA CAMARGO

Vereadora LUCINHA

Vereador JORGE FELIPPE

Relator

Vereador CHIQUINHO BRAZÃO

Vereador NADINHO DE RIO DAS
PEDRAS

APOIAMENTO

Vereador CARLOS EDUARDO

Vereador ROGÉRIO BITTAR

Vereador MARCELINO D'ALMEIDA

Vereador SAMI JORGE

Vereadora TERESA BERGHER

Vereador RENATO MOURA

Vereadora PATRÍCIA AMORIM

Vereador SEBASTIÃO FERRAZ

Vereadora ANDREA GOUVEA
VIEIRA

Vereador BRIZOLA NETO

Vereadora LEILA DO FLAMENGO

Vereador CLÁUDIO CAVALCANTI

Vereadora PASTORA MARCIA
TEIXEIRA

Vereadora VERÔNICA COSTA

Então, o Prefeito enviou para essa Casa o Substitutivo nº 3, em 18 de outubro do ano passado, provocado por essa Comissão aqui formada.

Quero agradecer a presença do Vereador Rogério Bittar, Vereador Guaraná, Vereadora Silvia Pontes, Vereador Jorge Felipe, e do Subsecretário Municipal de Assuntos Legislativos.

Diante do exposto, espero que tenha sido esclarecedor, para os Senhores que estão presentes nessa Audiência Pública, o trabalho que foi realizado por essa Comissão que foi instalada há pouco; o projeto estava, desde de 2001, para ser apresentado; nós que fizemos parte dessa Legislatura, de 2004 a 2008, provocamos o Poder Executivo para que, hoje, finalmente, tivéssemos o Substitutivo nº 3, que é um sucesso para a Câmara Municipal, para os Vereadores e para os cidadãos dessa cidade. Gostaria de lembrar que o Plano Diretor é o resultado de um processo coletivo e não exclusividade do Prefeito e nem do partido político que está no governo; é da sociedade e deve valer por várias gestões. Por isso, deve ser pactuado por todos e implementado com o apoio da Câmara Municipal e da sociedade.

Antes de dar seqüência à Audiência Pública, vou passar a palavra para o Sr. Vereador Guaraná, Vice-Presidente da Comissão.

O SR. VEREADOR GUARANÁ – Senhor Presidente dessa Comissão, Vereador Dr. Jairinho, Senhoras e Senhores Parlamentares, Senhoras e Senhores, gostaria de falar rapidamente, mas não poderia deixar de registrar a vitória que está acontecendo aqui hoje, com a abertura dos trabalhos de elaboração do novo Plano Diretor da Cidade do Rio de Janeiro, no ano de 2007. Por quê? O Plano Diretor é a segunda lei mais importante da cidade e é decenal, ou seja, tem que ter a validade

de 10 anos, porque como o seu próprio nome já diz, ele dá as diretrizes de crescimento da cidade. Então de 10 em 10 anos essas diretrizes, certamente, tem que mudar porque a sociedade muda, os interesses mudam, o mundo muda. Portanto, precisamos de 10 em 10 anos nos atualizar.

O Plano Diretor da Cidade do Rio de Janeiro é de 1992. Em 1997, a Prefeitura deveria ter iniciado a elaboração da nova proposta para que de 1997 a 2002 pudéssemos ter essa proposta discutida com toda a sociedade e, em 2002, estar promulgando um novo Plano Diretor. Nós estamos em 2007, cinco anos depois e ainda não temos esse novo Plano Diretor. Há toda essa luta de diversas pessoas e diversos setores, seja do Poder Executivo, seja do Poder Legislativo, seja da Sociedade Civil organizada, que vem desenvolvendo ao longo desse tempo. Isso foi muito bem relatado pelo Dr. Jairinho e resultou num ambiente, onde podemos desenvolver um Debate sério. Espero que, ainda no 1º semestre deste ano, a nova proposta do Plano Diretor seja aprovada.

Só que o Plano Diretor é apenas o primeiro passo, nós temos a Lei de Uso e Ocupação do Solo, temos a Lei de Parcelamento do Solo, temos o Código de Obras, temos o Código de Licenciamento e Fiscalização, temos quatro leis fundamentais para aplicar o Plano Diretor. Nós temos 56 Planos de Estruturação Urbana de cada um dos pontos da cidade que precisamos aprovar.

Todas essas leis e PEUs foram exigidos também no Plano Diretor antigo, de 1992. E a legislação urbanística, ou seja, o Plano Diretor, essas quatro leis e mais os 56 PEUs precisam ser atualizados por um motivo simples: a Cidade do Rio de Janeiro, hoje, tem uma legislação urbanística totalmente desatualizada, cheia de problemas. Isso complica o pessoal de licenciamento, complica a vida do pessoal que quer edificar uma cidade mais justa, mais correta e complica a vida de cada morador que quer ter sua moradia regularizada. Mas complica, principalmente, a ocupação da cidade. Se vemos a cidade se favelizando tanto, crescendo desordenadamente, podemos ter certeza que, entre os diversos fatores que fazem a cidade crescer dessa forma, um deles é a desatualização da legislação. Precisamos, sim, atualizá-la. Volto a dizer, o Plano Diretor é apenas o primeiro passo, dando só as diretrizes; mas de fato, as leis que são aplicadas são essas outras, os PEUs e os CODs que temos que aprovar aqui.

Temos neste momento o Plenário da Casa cheio de pessoas representantes da sociedade. Mas diversos outros setores da sociedade não se fazem presentes. Sabemos que a sociedade brasileira, muitas vezes por falta de esperança ou até mesmo por falta de tempo, por trabalho, não se faz presente nessas representações. E, certamente, se farão presentes através de seus representantes, os Vereadores. Mas isso não nos inibe de convocar cada um dos membros da Sociedade Civil, cada uma

das entidades a participar. Eventualmente, pode não ser da forma que muitos desejam, mas todas as propostas encaminhadas à Comissão do Plano Diretor serão analisadas. Se assim não for, de qualquer forma todas as pessoas, todas as entidades têm seus representantes aqui e todos os Vereadores têm a chance de apresentar propostas, sugestões de modificações. Certamente, o que vai decidir quais são as propostas aprovadas e quais serão deixadas de lado, indo para o arquivo, será a forma de como se fazem as decisões numa democracia, que é a forma de aprovação no Plenário desta Casa de Leis, que tem aqui os representantes da Sociedade Civil.

Portanto, a pressão legítima, a pressão política, a pressão que se deve fazer em qualquer democracia é legítima nesse processo. Falo para todos os representantes da Sociedade Civil, todas as pessoas, independentemente de terem participado ou não de alguma entidade representativa, que devem fazer pressão sobre seus Vereadores, sobre os membros dessa Comissão porque, se a verdade em que vocês acreditam contagiar os demais, a proposta será aprovada aqui no Plenário desta Casa de Leis.

Sabemos que haverá diversos interesses conflitantes. Parte da sociedade defenderá um lado, parte defenderá outro contrário. Mas esta Casa de Leis é a Casa do conflito político. Para termos a melhor proposta aprovada, vamos precisar da participação de cada um de vocês.

Fico bastante contente, hoje, nesta primeira Audiência Pública de 2007. Depois virão outras audiências e cada uma das Comissões Permanentes da Casa, Meio Ambiente, Urbanismo, Transporte, Educação, etc. Em cada uma poderemos aprofundar mais o tema, apesar do espaço de tempo curto que a Audiência Pública tem. Mas não é só na Audiência. Amanhã, depois de amanhã e nos demais dias, os gabinetes dos Vereadores estarão abertos para receber as pessoas da Sociedade Civil organizada, para que essa pressão possa continuar até o ato final de aprovação desse Projeto de Lei, para podermos ter, no fim um Plano Diretor mais justo, um Plano Diretor mais coerente com a realidade de hoje, um Plano Diretor que possa levar a Cidade do Rio de Janeiro a crescer dentro de diretrizes que sejam aplicáveis aos dias de hoje. De nada adianta pôr no papel um sonho que não conseguimos transformar em realidade. Só vai gerar frustração. Temos que colocar no papel aquilo que poderemos cumprir, mas, acima de tudo, aquilo que traga qualidade de vida para a Sociedade Carioca e para todas aquelas pessoas que vêm ao Rio visitar e conhecer a gente. Senhor Presidente, era isso que eu tinha a falar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (DR. JAIRINHO) – Obrigado, Vereador Guaraná.

Passo, agora, a palavra ao Sr. Vereador Jerominho, membro da Comissão. Em seguida, vamos dar procedimento, passando a palavra aos membros da Comissão, aos Srs. Vereadores, aos representantes da Sociedade Civil, às autoridades. Com a palavra, o Vereador Jerominho.

O SR. VEREADOR JEROMINHO – Bom-dia a todos os presentes. Queria agradecer ao Presidente desta Comissão pelo fato ocorrido no Recreio dos Bandeirantes – no Terreirão – onde, num domingo, havia reclamação de pessoas que ocupam o solo há algum tempo, e estavam sendo expulsas por supostas empresas que seriam donas de uma área e que desconfio, com a especulação imobiliária, estão fraudando documentos e acrescentando em pequenas áreas de sua propriedade outras áreas ao redor e dificultando a vida de quem já mora nessas áreas. O Presidente desta Comissão, Vereador Dr. Jairinho, o também componente Vereador Nadinho de Rio das Pedras e eu fomos imediatamente para o local. Realmente, lá, constatamos que havia alguns homens que saíram rapidamente do local, mas que estavam ali ameaçando as famílias, e queriam tirá-las de lá e iam passar com tratores por cima de uma comunidade em que várias famílias estavam alojadas. E a pronta ação do Vereador Dr. Jairinho, Presidente desta Comissão, do Vereador Nadinho de Rio das Pedras, foi importantíssima. Conseguimos fazer com que as famílias permanecessem ali. Temos que ter muito cuidado com a especulação imobiliária neste momento, porque estão acrescentando em seus documentos de propriedade de lotes pequenos, áreas maiores. Precisamos ver isso com muita atenção.

Muito obrigado, Vereador Dr. Jairinho por me atender prontamente num dia de domingo, e também ao Vereador Nadinho de Rio das Pedras.

Muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (DR. JAIRINHO) – Muito obrigado, Vereador Jerominho. Passo a palavra à Vereadora Aspásia Camargo.

A SRA. VEREADORA ASPÁSIA CAMARGO – Senhor Presidente, meus caros colegas, membros da Comissão, todos os presentes, bom-dia. Acho que esse é um momento que inicia uma nova etapa da discussão do nosso Plano Diretor, que indica claramente o descontentamento desta cidade com os processos que vêm sendo desenvolvidos, e a necessidade de cada um de nós de fazer o Plano Diretor, que a cidade precisa e que nós desejamos. São duas coisas fundamentais; uma é que a cidade precisa de um bom Plano Diretor; e a outra é que a população, em seus diferentes segmentos, tem que dar sua contribuição. Não basta que, simplesmente, saibamos que esse Plano vai ser votado, ou que ele existe. É preciso que a contribuição venha, porque,

como foi dito pelo Vereador Guaraná e pelo Presidente de nossa Comissão, estamos vivendo problemas agudos, gravíssimos, que exigem uma solução pactuada. Quanto ao Plano Diretor, se não for esse pacto social, ambiental e econômico que desejamos, nossa cidade irá, cada vez mais, à deriva. Porque não é possível que uma cidade com mais de cinco milhões de habitantes, com uma periferia complicada, problemática e carente, como a que nós temos, possa sobreviver sem que haja um pacto claro, explícito. Algo que não existe nesse Plano Diretor, em nenhum dos Substitutivos que nós recebemos e que quero encaminhar como sugestão ao Presidente da Comissão, é que nós precisamos ter um diagnóstico de nossa cidade. Eu não conheço nenhum Plano Diretor que se preze que possa fazer propostas jurídicas de mudança sem ter duas coisas: primeiro, um preâmbulo dizendo a cidade que nós queremos; segundo, uma análise séria, fundamentada da realidade que a cidade está vivendo. Para isso nós precisamos da academia, dos membros de várias entidades que foram listadas como nossos parceiros nesta discussão e que na verdade não ser pronunciaram ainda.

Nós convocamos essas pessoas e todos os segmentos da população porque nem todos vivem os mesmos problemas, com a mesma intensidade. Por exemplo, há grupos nesta cidade que estão simplesmente desesperados com o barulho que a gente tem que sofrer a cada dia e que dá, segundo eles, uma neurose muito grande, insuportável, em pontos que eu diria que são até os mais privilegiados desta cidade. Com relação ao transporte, ninguém consegue entender esse transporte. Ninguém pode entender esta situação de ver 35 ônibus, inclusive em horário de *rush*, um atrás do outro, vazios, e a população tendo que apelar para transporte de toda a natureza porque os ônibus não chegam até onde as pessoas moram e o preço é exorbitante. O preço do transporte da Cidade do Rio de Janeiro, hoje, é mais caro que o de São Paulo, é mais caro do que o de Nova Iorque!

Nós temos que, efetivamente dar a esse Plano Diretor uma dimensão de integração metropolitana! Que os juristas que nos apóiam, inclusive temos aqui presente o Dr. Ricardo Lira que é um patrimônio na discussão sobre esses problemas da cidade, temos aqui o Márcio Paes Leme, representante da comunidade dos engenheiros, nos ajudem a fazer com que haja uma integração metropolitana nas discussões dos problemas da cidade que não são específicos da cidade, ou seja, que têm origem metropolitana, como a questão dos meninos de rua, a questão da saúde, a questão da moradia... Tudo isso exige uma articulação metropolitana. Então, seguindo inclusive pessoas qualificadas do IPPUR, da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, do Iperj, nós estamos aqui convocando a nossa população para que possamos ter um Plano Diretor, pela primeira vez, integrado à região metropolitana.

Finalmente, eu queria dizer que se esse Plano Diretor – eu aposto tudo com vocês – não for capaz de ser um plano operacional que, efetivamente, mude as leis que regem a cidade, ele será apenas mais um sonho como foi o sonho de 1992.

Assim, convoco também todos vocês para fazerem uma análise, inclusive aqueles como o Vereador Eliomar Coelho e outros que estão aqui, que fizeram o Plano de 1992 e que poderão nos dizer em que esse Plano funcionou e em que ele não funcionou. Não há nada mais grave do que fazer um novo Plano Diretor sem saber o que aconteceu com o antigo! Funcionou ou não funcionou? Funcionou em algumas coisas e não funcionou em outras, ou não funcionou em nada? Temos que rever, visitar as propostas antigas e recuperá-las como prioridade para a nossa cidade.

O que eu recomendo? Que enquanto nós não tivemos uma Lei do Uso do Solo para que possamos resolver o problema fundiário, que enquanto nós não tivermos uma Lei do Parcelamento do Solo, um Código de Obras, uma Lei de Licenciamento e um Código Ambiental, nós não vamos fazer esse Plano Diretor funcionar. Vocês sabem que desde 1990 existem milhões de cidades, mais de quinhentas cidades brasileiras que têm Plano Diretor e que o plano ficou no papel e foi letra morta. Então, nós estamos aqui, como Vereadores dessa cidade, querendo a ajuda da população para que o plano funcione, para que ele exista, para que o Prefeito aplique esse plano, para que os Vereadores possam fazer leis que regulamentem esse plano, senão vai ser outra frustração, que o plano não vai sair do papel.

E, finalmente, eu queria dizer o seguinte: a cidade vive o seu momento de maior desordem, de maior confusão, de maior abandono que nós conseguimos visualizar nos últimos anos. Então, é fundamental ter um Código de Postura que seja negociada com todos os segmentos da população. Nós não podemos continuar na bagunça que estamos, sem lei, sem ordem, numa rua e num espaço público que não tem controle, que é usado ao sabor dos interesses políticos e que não tem a organização que a população precisa. Para que isso aconteça, é preciso que a Sociedade Civil seja impoderada, que em cada bairro dessa população existem comitês de cidadãos vigiando e controlando tudo que acontece ali, como é que funciona a escola, como é que funciona o posto de saúde, se o posto de saúde não existe, pressionar para que ele exista, e ajudar os Vereadores a governar essa cidade.

Vocês vêem que todos os dias a Câmara de Vereadores é atacada pelos jornais, na mídia, em todos os lugares, mas o Poder Legislativo é um poder soberano, é um poder sensível às pressões e aos interesses da sociedade e nós temos que melhorar a qualidade dessa representação e não deixar que a Câmara seja desmoralizada, criticada, humilhada sem que seja contrapartida

para um Poder Executivo que decide tudo como ele bem entende. Nós queremos que os poderes desta cidade funcionem. Nós queremos que a sociedade se organize e nós queremos, sobretudo, que o Rio de Janeiro possa ser exemplo para outras cidades de uma grande metrópole, onde sua população tem voz e vez nas leis que a regulam e nas leis que organizam o seu espaço.

Muito obrigada.

(PALMAS)

O SR. VEREADOR ELIOMAR COELHO – Senhor Presidente, eu queria fazer uma questão de encaminhamento. O que acontece é o seguinte: está falando todo mundo da Mesa. Então, daqui a pouco, quando terminar de falar o pessoal da Mesa, praticamente vai sobrar um tempo muito reduzido para as pessoas que se encontram no Plenário. Nós estamos com representação da Sociedade Civil organizada.

O SR. PRESIDENTE (DR. JAIRINHO) – Vereador Eliomar Coelho, prossiga.

O SR. VEREADOR ELIOMAR COELHO – Eu queria fazer uma proposta: poderíamos alternar uma pessoa da Mesa e um representante, porque, inclusive, há uma lista de inscritos. Pegando até o final da fala da Vereadora Aspásia Camargo, se nós estamos aqui exatamente para ter essa participação, fazer esse Plano Diretor com a população, nada mais justo, e eu acho que isso é importante para nós, Vereadores, ouvir o que pensa, o que deseja e o que quer realmente.

(PALMAS)

É só alternar um da Mesa e um representante...

O SR. PRESIDENTE (DR. JAIRINHO) – Eu queria agradecer a presença do Deputado Estadual Natalino, da Vereadora Pastora Márcia Teixeira, do Vereador Chiquinho Brazão, Vereadora Nereide Pedregal e Vereadora Cristiane Brasil.

Eu queria dizer ao meu nobre colega Vereador Eliomar Coelho, que essa Audiência Pública, como V. Exa. bem sabe, é uma Audiência Pública inaugural do nosso Projeto de Resolução e de tudo que eu preceituei aqui no começo da minha explanação. Foi essa Comissão, juntamente com a ajuda de V. Exa., que determinou que isso fosse possível. Mesmo porque eu sou Vereador dessa atual legislatura e o projeto está aqui desde 2001. o projeto está tramitando aqui graças à provocação dessa Comissão ao Poder Executivo. E V. Exa. sabe que vão acontecer 17 Audiências Públicas de todas as Comissões Permanentes, conforme nós votamos o nosso Projeto de Resolução, nos

próximos dois meses. Todas as Comissões fizeram um calendário e cada um aqui tem um interesse, seja no Turismo, no Meio Ambiente, na Educação, no Abastecimento e Indústria, na Defesa dos Animais, no Transporte, na Administração, na Saúde Pública, no Bem-Estar Social, na Criança e Adolescente, nas Finanças, no Orçamento, na Defesa do Consumidor, no Portador de Deficiência, nos Assuntos Urbanos. Todos terão a possibilidade, em todas as Audiências Públicas, de estar presentes, corroborando com a elaboração do Plano Diretor. Esse é o nosso objetivo. A população elegeu os Srs. Vereadores para serem os seus representantes. Cada um que está aqui não fui eu que coloquei, não! Foi a Sociedade Civil que colocou os Vereadores aqui para poder seguir as suas explicações e fazer as suas ponderações. É a Sociedade Civil que escolhe os seus representantes. E todo mundo que está aqui dentro da Câmara de Vereadores é um representante da população.

Eu não cedo a palavra para falar. Não é por causa de nada, não. Eu queria passar a palavra para o Vereador Nadinho de Rio das Pedras.

Querida registrar a presença do Vereador Átila Nunes Neto. Eu não descartei a possibilidade de alternar com os Vereadores. Eu só respondi à pergunta do meu colega Vereador Eliomar Coelho.

Com a palavra, o Vereador Nadinho de Rio das Pedras.

O SR. VEREADOR NADINHO DE RIO DAS PEDRAS – Bom dia a todos!

Presidente, eu gostaria de abrir mão da minha fala.

O SR. PRESIDENTE (DR. JAIRINHO) – Com a palavra, o Relator, Vereador Jorge Felipe.

O SR. VEREADOR JORGE FELIPPE – Senhor Presidente, Senhores integrantes da Mesa de trabalho, Srs. Vereadores, Senhoras e Senhores, a quem felicito com muita alegria por estarmos aqui hoje recebendo a presença dos senhores que abrem mão de seus afazeres e interesses particulares. É uma atitude nobre que honra, engrandece e dignifica, já que estamos todos voltados objetivamente para a melhoria da qualidade de vida do povo da Cidade do Rio de Janeiro.

Temos compreensão da ânsia da população em participar deste processo de discussão, que afinal já se estende há vários anos. Já deveria ter sido conclusivo e até hoje não ocorreu. Temos procurado encontrar o melhor caminho, compatibilizando os interesses do Poder Executivo, do Poder Legislativo e, acima de tudo, os interesses da população, que é a razão dos nossos trabalhos.

Aprovamos Resolução no fim da Sessão Legislativa passada. Não sei se é do inteiro conhecimento dos senhores, mas reputo que se deva sê-lo porquanto são as regras que ditarão as condutas

futuras para a elaboração do Plano Diretor da Cidade do Rio de Janeiro. As Comissões Permanentes foram, por determinação desta Resolução, compelidas a estabelecer um cronograma de Audiências Públicas. Não sei se o Presidente já deu conhecimento das datas dessas Audiências hoje aqui. Eu gostaria de dar conhecimento àqueles que ainda não tiveram a oportunidade. Peço que tenham compreensão, pois talvez eu demande um pouco mais de tempo, mas será muito produtivo para os nossos trabalhos futuros. Dia 14 do mês de março, teremos aqui, na Câmara Municipal, a Audiência Pública da Comissão Permanente de Turismo, às 10 horas. No dia 15 de março, Audiência Pública da Comissão Permanente de Meio-Ambiente, às 10 horas, aqui também no Plenário da Câmara Municipal. No dia 19, Audiência Pública da Comissão Permanente de Justiça e Redação, às 9 horas da manhã. No dia 20 de março, Audiência Pública da Comissão Permanente de Educação e Cultura, às 10 horas da manhã. No dia 21 de março de 2007, Audiência Pública da Comissão Permanente de Abastecimento, Indústria, Comércio e Agricultura, às 10 horas da manhã. No dia 03 de abril, às 10 horas, Audiência Pública da Comissão Permanente de Defesa dos Animais. No dia 09 de abril, Audiência Pública da Comissão Permanente de Transporte e Trânsito. No dia 16 de abril, Audiência Pública da Comissão de Administração e Assuntos Ligados ao Servidor Público, às 10 horas da manhã. Também no dia 16 teremos Audiência Pública, e aí nós vamos ter que encontrar uma alternativa porque não dá para termos duas Audiências Públicas no mesmo dia. Faço aqui um apelo aos integrantes da Comissão de Administração e aos da Comissão de Higiene Saúde Pública e Bem-Estar Social, para que cheguem a um entendimento ainda na tarde de hoje, quando teremos oportunidade de eleger os integrantes que comporão as futuras Comissões Permanentes da Câmara Municipal do Rio de Janeiro, para que estabeleçam data que não seja conflitiva, como ocorreu. No dia 17, Comissão Permanente dos Direitos da Criança, às 10 horas. No dia 18 de abril, haverá reunião da Comissão Permanente de Finanças, Orçamento e Fiscalização Financeira. No dia 20 de abril, reunião da Comissão Permanente de Defesa dos Direitos do Consumidor. No dia 24 de abril, Comissão Permanente de Defesa dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência Física, às 10 horas também. No dia 25, reunião da Comissão Permanente de Assuntos Urbanos. No dia 26 de abril, reunião da Comissão Permanente de Defesa dos Direitos Humanos. No dia 27 de abril, reunião da Comissão Permanente de Esporte e Lazer.

Quero esclarecer que este cronograma é o cronograma que ficou deliberado na última Sessão Legislativa, o que não impede os integrantes que hoje serão eleitos na Câmara Municipal do Rio de Janeiro para integrar as Comissões Permanentes que

estabeleçam também um novo cronograma, ampliando esse processo de debate, não se esgotando obrigatoriamente na realização de uma única Audiência Pública, porquanto eu entendo, particularmente, que todos deveriam realizar mais do que uma Audiência Pública, para que pudéssemos exaurir ao máximo o processo de discussão a respeito das questões a ela pertinentes.

(Alguém fala fora do microfone)

Não, não existe a Comissão Permanente de Habitação. Ela está inclusa na Comissão de Assuntos Urbanos. Hoje, esta Audiência inaugural tem o propósito de darmos conhecimento, inicialmente, dos critérios que foram adotados pela Câmara Municipal quanto aos procedimentos visando a elaboração do Plano Diretor. Esgotadas as Audiências Públicas, num prazo estabelecido até o dia 30 de abril, as Comissões Permanentes deverão dar um parecer conclusivo, com propostas que julguem oportunas, a serem apreciadas pelo Plenário da Câmara Municipal, em relação às matérias a ela pertinentes. Posteriormente abrem-se os prazos, a partir do dia 30 de abril, para apresentação de Emendas, onde, num processo democrático, será extensivo a toda a sociedade civil. Não necessariamente virá a proposta encaminhada por um Sr. Vereador, como é a regra estabelecida pelo Regimento Interno. A Comissão do Plano Diretor decidiu aceitar diretamente das entidades representativas da sociedade que formulem suas propostas, e terão o prazo estabelecido.

Acho bom fazer uma pequena leitura a respeito da Resolução, porque ela traz, em detalhes, como ocorrerão os procedimentos.

(LENDO)

“A partir de 1º de janeiro de 2007, até o dia 30 de abril, as Comissões Permanentes realizarão obrigatoriamente pelo menos uma Audiência Pública sobre os temas que lhe são pertinentes no Plano Diretor Decenal da Cidade do Rio de Janeiro.

As Audiências Públicas referidas no *caput* serão precedidas de ampla divulgação, com antecedência mínima de sete dias.”

(INTERROMPENDO A LEITURA)

Naturalmente, se eu tiver algum tipo de sugestão, terão o dia de hoje para ofertar, em relação à publicidade dos eventos.

(LENDO)

“§ 2º - As Comissões Permanentes deverão definir a sua agenda com os temas para as suas Audiências Públicas, que serão encaminhados à Comissão Especial até o dia 24 de janeiro.

As Comissões Permanentes deverão convidar, entre outras, as entidades relacionadas no Anexo 1.”

(INTERROMPENDO A LEITURA)

A Resolução traz, em seu anexo, mais de 50 entidades. Não sei, e até acredito que provavelmente tenhamos cometido algumas omissões. Se algum dos senhores tiver sugestão quanto a outras entidades que devam ser acrescentadas a este anexo único, estamos à disposição dos senhores, aceitamos as sugestões. Da mesma forma, estenderemos o convite àquelas que os senhores propuserem no dia de hoje, ou em outra oportunidade.

(LENDO)

“Após o término do prazo final – dia 30 de abril –, as Comissões deverão apresentar o relatório temático...”

(INTERROMPENDO A LEITURA)

(Manifestações no Plenário)

O amigo está muito intolerante. Acho que estamos aqui com um comportamento sério, estabelecendo os critérios para que vocês possam opinar *a posteriori*. Não é desta forma. Por favor, vamos prosseguir. Até porque não vai adiantar nada. Vou concluir a minha palavra, agrade ou não.

(LENDO)

“Após o dia 30 de abril...”

(INTERROMPENDO A LEITURA)

(Manifestações no Plenário)

Terei o prazer de ouvi-la com a paciência habitual até o horário regimental estabelecido para esta Audiência Pública.

(LENDO)

“§ 7º - A Comissão de que trata o *caput* promoverá a Audiência Pública inaugural com a participação das Comissões Permanentes e representantes da sociedade civil, a fim de estabelecer-se um cronograma de trabalho, os canais com a sociedade civil e propiciar um debate inicial.”

(INTERROMPENDO A LEITURA)

Com esse propósito, estamos aqui hoje reunidos para estabelecer finalmente esse cronograma, o meio que adotaremos para a tramitação e a comunicação entre nós e o povo da Cidade do Rio de Janeiro, e as propostas que os senhores tenham a apresentar.

Esta Sessão terá a sua duração estabelecida até às 13h, com uma tolerância de prorrogação até às 13h30min, porque, às 14h, inicia-se a Ordem do Dia.

Quero propor ao Presidente que, já que são mais de 50 entidades aqui representadas, no mínimo, não será possível um prazo muito dilatado para que possam se manifestar.

Quero fazer uma sugestão para que...

O SR. PRESIDENTE (DR. JAIRINHO) – Vereador, desculpe. Tem um senhor ali, de azul, de óculos, que está incitando as outras pessoas e está rindo.

O senhor está achando engraçado o que está acontecendo? Há muitas pessoas sérias aqui que querem falar. Vereador, termine.

O SR. VEREADOR JORGE FELIPPE – Quero propor que haja um tempo estabelecido...

O SR. PRESIDENTE (DR. JAIRINHO) – A Sessão está suspensa até que os senhores ali fiquem calmos.

Está suspensa a Sessão.

(Suspende-se e reabre-se a Sessão)

O SR. PRESIDENTE (DR. JAIRINHO) – Está reaberta a Sessão.

Com a palavra, o Vereador Jorge Felipe.

O SR. VEREADOR JORGE FELIPPE – A proposta que trago aos Srs. Vereadores é que estabeleçamos um tempo máximo para que os inscritos possam se manifestar. São mais de 50 entidades, nós vamos ter em torno de duas horas, 120 minutos. Se dermos um tempo em torno de cinco minutos, talvez seja o tempo adequado para ouvirmos pelo menos algo próximo a 30 pessoas. Acho um tempo razoável. É a minha proposta a ser encaminhada aos integrantes da Comissão do Plano Diretor.

Acatado?

O SR. PRESIDENTE (DR. JAIRINHO) – Acatado, Vereador.

Queria convidar o Presidente da Associação de Moradores de Santa Teresa, Paulo Saad.

(PALMAS)

O SR. PAULO SAAD – Queria primeiro cumprimentar os membros da Mesa, Srs. Vereadores, Sr. Presidente.

Queria cumprimentar os diversos companheiros de longa data que temos aqui, de associações de moradores, sindicatos e associações profissionais.

Queria cumprimentar especialmente companheiros que estão aqui próximos a nós, como o Dr. Carlos Weiner e o Vereador Eliomar Coelho, que durante muitos anos foi o Presidente da Comissão de Assuntos Urbanos aqui da Câmara, pois já estivemos presentes aqui em outros momentos.

Queria chamar a atenção para as faixas que a nossa Associação de Amigos e Moradores de Santa Teresa fixou nas galerias. A primeira é a faixa que fala do cumprimento da Área de Proteção Ambiental de Santa Teresa; é uma Lei de 1984, uma Lei Municipal e que nós vimos agora, através da Associação, tentar organizar a sociedade civil para, junto com a Prefeitura, o Estado e a União, implantarmos e regulamentarmos de fato a APA, que já tem 22 anos de existência.

Reuniões estão sendo feitas todos os dias 15 do mês. Na próxima teremos a presença da Dra. Denise Tarin, do Ministério Público do Meio Ambiente, a da Prof^a Iara Valverde, Presidente do IEF, e do Dr. Rogério Rocco, do Ibama, para discutirem conosco essa questão da APA de Santa Teresa.

Vimos aqui, hoje, nesta discussão do Plano Diretor para fazer a defesa da APA de Santa Teresa. Infelizmente, as propostas que estão expressas na proposta que foi distribuída pelo Diário Oficial do Município com relação a Santa Teresa vão contra a defesa da APA, vão contra a Lei de Proteção Ambiental de Santa Teresa. É por isso que viemos aqui, para fazer a defesa da Lei de Proteção Ambiental. A crítica às imposições que o Plano Diretor está colocando para Santa Teresa são, na verdade, contra o que Santa Teresa vem sendo nos últimos 30 anos e é o que dá a Santa Teresa esse respaldo e esse bem-estar que todos os cariocas e estrangeiros têm em Santa Teresa e por isso dela gostam. Estamos em defesa de Santa Teresa como ela é, ou seja, da APA que já tem 22 anos.

Queria pedir a esta Casa que fizesse, para início de conversa, o que estamos pedindo naquela faixa: “Cumpra-se a APA.”

Dois Decretos do Prefeito criaram alterações na Lei da APA. Eu queria que esta Casa pudesse analisar essa situação. Uma é a criação de um pólo gastronômico que altera o uso de alguns imóveis e isso vai contra a Lei Urbanística da APA. A

outra é um Decreto que muda a atividade de casarões e que muda também atividades que são restritas em Santa Teresa.

Santa Teresa é um bairro que não tem infra-estrutura capaz de ser alvo de especulação imobiliária. Os construtores sabem muito bem que não há condições de acesso a Santa Teresa para construções de 4, 5 ou 6 pavimentos. Uma das coisas que propõe o Plano Diretor é que o índice de aproveitamento de terreno em Santa Teresa passe de 1 para 1,5, ou seja, que a capacidade construtiva de Santa Teresa seja aumentada em 50%. Isso é um absurdo! Não só vai contra a Lei da APA como também vai de encontro a qualquer consenso, tanto de moradores quanto de construtores.

Outra questão que eu queria colocar é que está havendo uma dificuldade de entendimento que é muito importante. A macrozona controlada no Plano Diretor do Centro da Cidade tende a confundir Santa Teresa com o Centro. O Centro da Cidade é muito diferente de Santa Teresa, embora sejam parte do Centro Histórico. No Centro da Cidade cabe expansão do uso residencial e comercial, de construções e adensamento, de aumento de fluxo de transporte, enfim, cabe uma série de coisas que estão faltando e que são importantes.

Já Santa Teresa, embora esteja na mesma área, cabe exatamente o contrário: cabe evitar tudo isso. Como estão ambos na mesma área, na mesma situação geográfica, tendem a ser um, o Centro, confundido com a outra, Santa Teresa. Então, eu queria que, por favor, esta Casa separasse o Centro de Santa Teresa e criasse até condições até situações antagônicas ou complementares. Santa Teresa é uma coisa, é residencial, é Centro Turístico de pequeno porte e o Centro é Turístico de grande porte, comercial e adensador. São diferentes a essa confusão está criando um impasse grave, uma grande dificuldade para os moradores e proprietários de saber o que vão fazer com o seu imóvel.

Para concluir, eu queria propor – nós aqui já propusemos que fosse retirada a proposta de 1,5, ou seja, do aumento de 50% do potencial construtivo proposto, do IAT. Queremos que o IAT (Índice de Aproveitamento do Terreno) continue igual a um. Queremos também retirar a proposta de adensamento comercial e de adensamento turístico. Entendemos que Santa Teresa tem uma vocação de ponto de hospedagem alternativo sim, por meio de residências temporárias, que ratificam ser Santa Teresa um bairro residencial. Mas, não achamos que isso possa ser expandido como está sendo proposto, indefinidamente, sem marcos e sem limites. Por quê? Passa a ser uma vocação turística prioritária. E a vocação de Santa Teresa é residencial. Basicamente e historicamente e culturalmente Santa Teresa é bairro residencial.

Finalmente, para concluir, solicito que o Plano Diretor inclua a formação de um novo Conselho de Patrimônio; não mais sendo ele um Conselho de Patrimônio nomeado exclusivamente

pelo Prefeito. E vou dizer o porquê. Nós temos uma experiência de vários conselhos tais como, por exemplo, a experiência do Conpur, que tem uma série de deficiências. Mas é uma experiência que já existe como experiência de participação da sociedade civil.

Eu diria que existem até centenas de entidades brasileiras que estão espalhadas no Brasil inteiro e que cuidam do Patrimônio Histórico-Cultural. Aqui no Rio de Janeiro, por ser o Rio de Janeiro, existem dezenas delas. São institutos estaduais, institutos federais, mas com sede aqui, diversas Associações Históricas de Historiadores, de arquitetos, de engenheiros, enfim, essas entidades e mais, sobretudo, o povo, como já diziam vários pensadores do patrimônio, a quem se dá a maior tarefa de preservação do patrimônio por serem aqueles que utilizam o patrimônio, os usuários, enfim, o povo.

Não é à toa que o Centro da Cidade existe até hoje. Os espaços foram ocupados por pessoas que preservaram e que, na verdade, não tinham muitas outras opções, mas que, enquanto moradores do Centro, preservaram esses casarões até hoje. São pessoas que lutam com muitas dificuldades – e em Santa Teresa a gente conhece muitas pessoas, senhoras idosas que até hoje conservam seus casarões e que até hoje conseguem preservar esse patrimônio nosso. Então, os usuários, as associações de moradores, os grupos de interesse por moradias, enfim, outros grupos sociais que se organizam nesses locais de moradia devem fazer parte desse Conselho de Patrimônio.

Então, deve haver um Conselho de Patrimônio que ouça a população e que tenha métodos de trabalho transparentes, com atas públicas, porque se trata de um Conselho Social.

Concluindo, apresento mais uma última solicitação à Mesa, além das outras que já apresentei, para que, neste Projeto de Plano Diretor, não haja só Conpur, não haja só política urbana, mas que haja também o patrimônio. O patrimônio hoje faz política urbana, certo? E nós precisamos de uma política urbana que leve em conta o patrimônio, com participação da sociedade e que seja transparente.

Muito obrigado.

(PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (DR. JAIRINHO) – Senhor Paulo, o senhor, por favor, encaminhe por escrito as suas proposições à Comissão de Assuntos Urbanos.

(Alguém da platéia se manifesta fora do microfone)

O PRESIDENTE (DR. JAIRINHO) – Acatando a proposta do Vereador Eliomar Coelho, sobre o revezamento, com a palavra o Vereador Eliomar Coelho.

O SR. VEREADOR ELIOMAR COELHO – A proposta que eu fiz, Sr. Presidente, era para eu ter começado naquela hora.

Bom, eu poderia até passar para um companheiro inscrito, mas, eu quero fazer algumas considerações. São considerações estas que eu desejo, inclusive, que sejam ouvidas pelos membros da Mesa.

O que acontece é o seguinte: esse Plano Diretor é um plano diretor que – inclusive o nobre Vereador Jorge Felipe participou da feitura desse plano diretor e ele sabe perfeitamente que os procedimentos adotados naquela época foram totalmente diferentes dos procedimentos adotados agora para uma revisão que, no fundo, no fundo, tem o significado de se fazer um novo Plano Diretor para a Cidade do Rio de Janeiro. Então, eu acho que a Audiência Pública é uma audiência que, embora a gente seja representante do povo aqui, mas as nossas ações aqui só terão legitimidade se tiver como referência o desejo, o pensamento e a opinião do povo. Senão, é balela! (PALMAS) Então, o que acontece? Quando nós realizamos uma Audiência Pública, temos que primeiro priorizar-lhe o caráter democrático. E aí, por ser público, o que nós queremos é ouvir os moradores da Cidade do Rio de Janeiro. O orador que me antecedeu, arquiteto, Paulo Saad, morador de Santa Teresa, olha a contribuição que ele deu! Foi uma contribuição importantíssima que tem que ser ouvida e acatada pelos Vereadores. (PALMAS) Tem que ser ouvida e acatada, porque é uma proposta correta, é uma proposta que atende aos anseios e Santa Teresa, dos moradores do bairro e, portanto, esta Casa tem que acatar, senão ela está na contramão exatamente daquilo que pensa e exige a população.

Nós somos pagos por vocês, eu sempre falo isso. Quando o empregado – na empresa privada e na pública, também – ganha dinheiro para trabalhar se não trabalhar certo, é mandado embora. Então, isto daí tem que ser regra também para cá.

(PALMAS)

O Plano Diretor dessa cidade começou essa revisão de forma inadequada e continua de forma inadequada, essa é que é a verdade. (PALMAS) E continua de forma inadequada exatamente porque não se ouviu a sociedade, através de seus segmentos. Eu não quero que na discussão de revisão do Plano Diretor fique um segmento sequer de fora. Todos eles que moram na cidade, que fazem a cidade, têm o direito de estar presentes e apresentarem suas propostas, que devem ser ouvidas e consideradas e, aí sim, partiremos para a elaboração. As Audiências Públicas que foram feitas, que foram citadas, todas “fajutas” – eu participei delas, “fajutas!” – não correspondem de

forma alguma àquilo que é o verdadeiro anseio ou o que significa a participação efetiva da população, dos moradores da cidade.

De maneira que eu lamento profundamente. E vou encerrar exatamente para dar mais tempo para as pessoas inscritas. E eu quero, Sr. Presidente, que a lista seja seguida, que não seja manipulada, vou logo dizendo. (PALMAS) Porque nós sabemos quem foram os inscritos primeiro; sabemos perfeitamente quem são eles, e são pessoas que representam instituições e entidades importantes como o IPPUR, OAB, ABI, sindicatos, associações de moradores, federações das associações de moradores. Então, nós queremos ouvir essas pessoas e queremos ouvir exatamente de acordo com a ordem de inscrição.

Então, eu acho que estamos começando, é isso mesmo. O processo democrático é isso: tem o viés autoritário, tem o viés democrático e o embate vai se dando dessa maneira. Nós estamos aqui com uma população organizada, ciente e consciente de seu papel aqui nessa Audiência Pública e, portanto, esse papel vai ser desempenhado. E eu tenho absoluta certeza de que se formos firmes e realmente garantirmos a participação efetiva da população, esse Plano Diretor vai mudar totalmente o seu desenho, a sua forma e o seu conteúdo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (DR. JAIRINHO) – Obrigado, Vereador Eliomar.

Carlos Vainer, representante do Diretor do IPPUR, da UFRJ.

O SR. CARLOS VAINER – Bom-dia a todos, Sr. Presidente. Aqueles que não sabem, o IPPUR é o Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Eu tenho a honra de estar aqui representando o seu diretor, Professor Adauto Lúcio Cardoso. E não é a primeira vez que venho a esta Casa e não é a primeira vez que participo deste debate. E cada vez que venho a essa Casa, eu vivo um misto de emoção, alegria e frustração. Emoção, pela nobreza do espaço. Alegria, por esse sentimento da riqueza que poderia ser a colaboração maior entre a nossa universidade e o Poder Legislativo. E frustração, porque muitas vezes eu tenho a sensação de que esses encontros acabam em desencontros e numa série de oportunidades perdidas, porque a gente não consegue extrair deles o potencial que na verdade eles nos oferecem. Eu diria que essa coisa de oportunidades perdidas parece ser o termo adequado para contar a história da nossa cidade, das suas políticas urbanas e do planejamento. A cada momento temos o sentimento de que poderíamos estar fazendo as mudanças, e a cada momentos nós temos a sensação de que perdemos a

oportunidade. Se nós vivemos o debate, se alguns aqui lembraram do que foi o processo de debate, discussão e elaboração do Plano Diretor que saiu em 1992. nós nos lembraríamos que a nossa cidade foi uma espécie de vanguarda no Brasil pela riqueza, pela participação, pela mobilização, e pela consciência com que parcelas importantes dos sócios cidadãos se instituíram enquanto cidadãos, porque nem todo mundo que mora na cidade é cidadão, só é cidadão, aquele que, na verdade, exerce o direito de definir os destinos de sua própria cidade. Se nós compararmos aquele momento com o momento de hoje, nós diríamos que de vanguarda nós nos transformamos em retaguarda.

A nossa cidade é uma das poucas cidades - e me parece, se não me engano, é a única capital do Brasil - que não cumpriu os trâmites para revisão, no prazo adequado, do seu Plano Diretor. O próprio relato lido pelo Sr. Presidente mostra essa trajetória cheia de equívocos, caminhos e descaminhos, atalhos e desatalhos que só um especialista em investigação seria capaz de entender o que se passou. Eu já li, ouvi e reli várias vezes essa trajetória e continuo sendo ignorante de como é possível transformar um processo, que deveria ser um processo de pacto institucional e social para discutir os destinos da sua cidade, em um emaranhado de expedientes que ninguém consegue entender e que, na verdade, surrupiam da cidade o direito de decidir sobre os seus destinos. E vivemos agora - a Vereadora Aspásia Camargo fez uma referência que me pareceu fundamental - a idéia do pacto. Na verdade, o Plano Diretor pode ser resultado de um pacto se o processo que o cria, que o engendra, é ele mesmo o resultado de um pacto. Se o processo de elaboração do Plano Diretor não é pactuado, o Plano Diretor que disso resulta não será o resultado de um pacto social. Pacto social não quer dizer que todos tenham que convergir e concordar sobre tudo, pacto social significa construção de um espaço e da institucionalidade política e social que permite que os diferentes segmentos da sociedade venham a público expressar os seus objetivos, seus interesses e seus projetos. Porque quando os projetos, os interesses e os objetivos são colocados de público, nós sabemos que muitos deles desapareceram da agenda. A verdade é que, quanto menos público é o debate, mais pobre é a agenda e menos ela diz respeito ao interesse público.

Então, para criar condições de que o processo de discussão e elaboração do Plano Diretor seja de fato um pacto, é necessário, em primeiro lugar, que ele se instaure no espaço público; embora a Câmara seja um espaço público, ela não é o único espaço público da nossa cidade. Não existe monopolista da legitimidade. O Prefeito pode dizer que foi eleito também e que, portanto, não tem que prestar contas à Câmara. Como a Câmara pode dizer que foi eleita e não tem que prestar contas a nenhuma associação, e todos podem nesse processo reivindicar o monopólio da

legitimidade. A verdade é que nas sociedades complexas modernas não existe nenhum segmento, nenhum poder que seja detentor do monopólio da representatividade e da legitimidade. A democracia contemporânea é feita de múltiplas fontes e múltiplas formas: formas de representação indireta e formas de representação direta, forma de democracia direta e forma de democracia indireta. Portanto, nenhuma Câmara, nenhum Prefeito - e isto está instaurado na Constituição Federal, bem como na Estadual e Municipal - pode legitimamente reivindicar o monopólio, isso não é mais democracia no Século XXI, isso daí é a pretensão de uma legitimidade que na verdade não tem fundamento nas democracias modernas. A Vereadora Aspásia Camargo falou que em 1992 muitos sonhos foram criados. Eu ainda prefiro sonho do que desencanto que marca o processo contemporâneo, porque sonho é mobilizador, o sonho ainda traz a sociedade a tentar fazer as mudanças de que a cidade necessita. O que nós estamos assistindo hoje é um desencanto, uma indiferença mesmo que fruto também de uma enorme ignorância. Quantos de nossos cidadãos, dos nossos cidadãos sabem que está em discussão o Plano Diretor que vai definir o destino da nossa cidade? Pouquíssimos!

Para concluir, não quero me estender, quero dizer que, em primeiro lugar, é necessário, de fato, rever esse processo, que está eivado de vícios, de erros. Não quero aqui fazer acusação a ninguém. Não se trata de encontrar culpados, mas de encontrar caminhos que permitam-nos superar essa profunda crise em que está lançada a nossa cidade, desencontros entre todos os seus segmentos e suas instituições.

Tive a oportunidade de conversar com o Professor Ricardo Lyra, e o Ippur e a OAB se colocam à disposição para dar uma contribuição decisiva para ampliar de fato esse debate. Não basta convocar as pessoas a virem aqui nas reuniões da Câmara; é necessário que a comissão vá aos bairros, vá às periferias, porque são poucos os que podem vir aqui.

(PALMAS)

Não tenho a pretensão de que a universidade tenha a solução para esses problemas todos, mas acho que podemos dar nossa contribuição. Pensando a universidade como espaço relativamente neutro, pensando a OAB e a Uerj como espaços neutros que podem dar sua colaboração, estou aqui autorizado, em nome da OAB e da Uerj, e também do meu diretor do Ippur da Ufrj, a nos colocarmos à disposição para ampliarmos essa comissão. A Câmara tem direito e obrigação de ter sua própria comissão para estudar o Plano Diretor, mas isso não é expressivo das diversidades e da multiplicidade da nossa cidade. Vamos criar uma comissão mais ampla, com representantes dos diferentes poderes e diferentes segmentos representativos da

nossa universidade, e vamos aos bairros, vamos às periferias, colocar em discussão o nosso plano e tentar fazer com que pelo menos um processo amplo, rico de debates, aponte caminhos que permitam superar a crise da nossa cidade.

Muito obrigado.

(PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (DR. JAIRINHO) - Obrigado pelas proposições. Vamos ter algumas audiências temáticas, como colocou o Vereador Jorge Felipe. Senhor Carlos, a Audiência Pública da Comissão de Educação e Cultura será no dia 20 de março. Gostaria que o senhor fizesse parceria conosco na comissão e participasse dessa Audiência Pública, juntamente com a Ufrj e com a Uerj.

Vereador Charbel Zaib é o próximo inscrito.

Não estando presente, Vereadora Cristiane Brasil, com a palavra.

A SRA. VEREADORA CRISTIANE BRASIL - Senhor Presidente, nobres colegas componentes da Mesa, também membros da comissão, nobres colegas presentes ao Plenário, senhoras e senhores representantes da sociedade carioca aqui presentes, bom-dia!

Estou falando aqui como Presidente da Comissão do Idoso da Câmara Municipal do Rio de Janeiro e informo a toda a sociedade presente que esta Comissão do Idoso, ainda com o cronograma anterior, antes que fosse modificado, já tinha realizado a sua primeira Audiência Pública, realizada em 6 de dezembro, às 10 horas da manhã, nesta Casa de Leis, Tal audiência foi publicada no Diário da Câmara Municipal no dia 18 de dezembro, à página 32. Portanto, se os senhores quiserem tomar ciência do que foi discutido, com mais detalhes, tudo está publicado.

No que tange à minha responsabilidade de mais Audiências pela Comissão do Idoso, foi marcada uma nova audiência, fora da Câmara Municipal, na Uerj, dia 4 de abril, às 14 horas, também para dar continuidade, dar prosseguimento à elaboração de propostas, de políticas públicas e diretrizes urbanísticas para que a sociedade e o Plano Diretor possam tratar o cidadão comum, que não é o cidadão médio, o cidadão que é alto demais, baixo demais, idoso, deficiente, para que a Cidade do Rio de Janeiro possa tratar o cidadão diferente, especial, idoso, a criança, de forma mais humanizada, menos agressiva, menos violenta.

Então, nossas propostas foram idealizadas nesse sentido e serão desenvolvidas nessa segunda reunião do Plano Diretor. Quanto aos membros da Comissão do Plano Diretor, informo que a publicação do ofício comunicando que já houve a audiência se

deu no dia 31 de janeiro, para que conste nos Anais desta Casa de Leis. No mais, coloco-me à inteira disposição de todos os presentes para que se façam sugestões, propostas e elaboração, para que o Plano Diretor seja inteiramente abrangente, para que a gente possa estar atendendo aos interesses das minorias, das maiorias, enfim, da sociedade carioca como um todo.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

(PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (DR. JAIRINHO) - Dona Maria Célia, ONG Caatyba. A próxima é Célia Raveri.

A SRA. MARIA CÉLIA ABREU - Senhores presentes, Srs. Vereadores e nobres companheiros da Cidade do Rio de Janeiro, cariocas ou não, estou aqui representando a população mais específica da Zona Oeste do Rio de Janeiro, que é a maior em território e a maior em número de habitantes. Não que, com isso, queira dizer que vá menosprezar as outras áreas. Especificamente, vou falar mais da questão ambiental e da produção rural do Município do Rio de Janeiro. O Sr. Prefeito, em 16 de julho de 2006, no jornal O Globo, em artigo, colocou o seguinte.

(LENDO)

“Questões, como as antigas religiões agrícolas, que já não cabem mais, podem ser revistas”.

(INTERROMPENDO A LEITURA)

Isso, para mim, e para nós todos lá das nossas regiões, significa uma desapropriação de identidade, visto que o Município do Rio de Janeiro, a nossa Prefeitura, que é a segunda cidade em valor, poder econômico do Brasil, após São Paulo, não existe uma representação institucional que veja, que estude, que trabalhe a questão da produção agrícola, pecuária e pesca do Município do Rio de Janeiro. Sendo que o Rio de Janeiro já foi, até os anos 70, exportador de parte da produção agrícola, vide aipim em Santa Cruz, chuchu no Mendanha e banana no Rio de Prata. Estou aqui com mais de 1.000 assinaturas de associações representativas agrícolas, rurais e pesqueiras do Município do Rio de Janeiro. Seja: Pau da Fome, em Jacarepaguá; Serra do Mendanha, que é um Parque Municipal; Associação dos Produtores Orgânicos de Rio da Prata, de Campo Grande; Associação da Reta do Rio Grande e Jesuítas, em Santa Cruz, que são os produtores nipônicos; Estrada de Guaratiba; Ilha de Guaratiba; Carapiá, em Guaratiba; e Sindicato Rural, que fez

mais de 100 assinaturas, só em sua representação. São mais de 1.500 pessoas.

O que nós queremos é o seguinte: não há uma produção agrícola, nem pesqueira, nem pecuária, competitiva que vá bater de frente com o centro-oeste brasileiro e o sul. Queremos um reconhecimento da identidade do antigo produtor rural, e que seja uma produção visando a preservação ambiental. Seja no Maciço da Pedra Branca, que é um Parque Estadual, seja no Maciço do Mendanha, que é um Parque de Preservação Ambiental. Está aqui toda nossa representação. O que nós pedimos é o reconhecimento dos Srs. Vereadores para a inclusão no Plano Diretor desse potencial que o Rio de Janeiro possui, da produção econômica primária, desse agrupamento humano que existe ainda, e subexiste, apesar das imensas dificuldades, que tem todo direito ao seu reconhecimento. Estão aí seus representantes de Associações do Maciço da Pedra Branca, do Maciço do Mendanha, Baixada de Santa Cruz, Santíssimo, Viegas e Lamerão. O que nós queremos é isso: o respeito, o reconhecimento do Sr. Prefeito que teve uma fala desprezível aqui, não reconhecendo esse potencial econômico, social e humano.

Outra coisa: queremos nossa inclusão no Plano Diretor Municipal. Não uma agricultura, repito, uma pesca, uma pecuária competitiva, e, sim, preservacionista, seja do Maciço da Terra Branca, que é um Parque de Preservação, seja do Maciço do Mendanha, Baixada de Santa Cruz e outras áreas, inclusive na Penha, que tem o nosso Luis Poeta, que está por aqui, e outros que ainda se dedicam a esse tipo de atividade e são pessoas que têm representatividade cultural, econômica e humana.

Muito obrigada.

(PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (DR. JAIRINHO) - Com a palavra, a Vereadora Silvia Pontes.

A SRA. VEREADORA SILVIA PONTES - Bom dia, Sr. Presidente, demais componentes da Mesa, nossos amigos aqui presentes na ânsia de ver resolver realmente os problemas da cidade. Vou ser rápida para dizer o seguinte: participei com a Vereadora Laura Carneira, à época, em 1991, do Plano Diretor. Realmente, acho que temos que enfatizar bastante a participação da sociedade e da população. Não adianta fazermos um diagnóstico da cidade, do que é melhor, se nós não ouvirmos a população.

(PALMAS)

Eu queria, inclusive, chamar a atenção dos componentes da Mesa com relação às datas das emendas. Não adianta os Vereadores apresentarem emendas se essas emendas não passarem pelo anseio de cada um do seu bairro.

Não sei se há alguém aqui da Tijuca. Por exemplo, na Tijuca, nós estamos passando por um problema, Presidente, porque simplesmente o Subprefeito resolveu fazer lá um Centro Gastronômico, só que eu acho que ele esqueceu de perguntar à sociedade, aos moradores, porque o tijucano é meio conservador, e estamos vendo lá as calçadas sendo invadidas, inclusive pedaços de rua. Recebi um abaixo-assinado e, inclusive, comentei com o líder. Tenho certeza de que o Prefeito Cesar Maia não deve estar tomando conhecimento disso. Faço questão de enfatizar isso, o fato de nós respeitarmos os espaços públicos uma vez que, quando fui candidata, eu dizia muito de se respeitar os espaços públicos da cidade. Como desportista, eu gostaria muito que nós usássemos nossas praças, os nossos espaços para a prática de esportes. Estamos vivendo agora o momento do PAN e existem áreas ociosas, às vezes até invadidas e às vezes beneficiando terceiros.

Quero pedir isso a vocês: vamos respeitar os espaços públicos da cidade! Eu agora estou com o joelho lesionado e fico olhando assim com ansiedade para arranjar uma rampa. Então, me chamou muito a atenção e fico imaginando como os cadeirantes, as pessoas idosas devem passar um sufoco, às vezes, querendo atravessar a rua sem encontrarem uma rampa. Nós temos que estar com a visão nesse sentido. Quero dizer a vocês que realmente sem participação da cidade, sem participação da população não tem diagnóstico!

Um abraço.

(PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (DR. JAIRINHO) - Senhora Célia Ravere, Presidente do Lierj.

A SRA. CÉLIA REVERE - Eu agradeço a oportunidade, imensa, aos Srs. Vereadores e a toda a comunidade aqui presente.

Na realidade, estou aqui como Presidente do Instituto de Terras, mas também como partícipe da elaboração do Plano Diretor, desse Plano Diretor que está sendo revisto. Eu fazia parte da Comissão de Habitação. Quando se elaborou esse Plano Diretor, a gente estava com uma grande euforia e uma Constituição Federal que havia incorporado um princípio fundamental, que era precisamente a função social da terra urbana, a terra construída com esforço da população, dos trabalhadores, que são os que mais contribuem com os impostos. Eles produzem a terra urbana. E a Constituição Federal colocava, sendo ela uma Constituição que se coloca no plano continental,

como a Constituição mais avançada da América Latina. Ela colocava, fazendo uma tradução do texto jurídico, que a terra urbana é para morar. A terra urbana, construída pelo esforço popular, não pode ser guardada para especulação imobiliária.

(PALMAS)

Vim aqui colocar essa problemática, porque além de ter participado na Prefeitura do Rio nessa elaboração do Plano Diretor, eu participo, há quase 30 anos, apesar do meu sotaque, nos permanentes conflitos de terra que existem nesta cidade, que tem um alto grau de desorganização urbana e onde as famílias que não têm a possibilidade de acesso à terra, que não têm salário, não têm crédito, elas próprias constroem seus bairros populares.

Essa Constituição de 1988 e esse Plano Diretor sinalizaram uma esperança, mas também colocaram o grande desafio de levar, através de planejamento estratégico da cidade, ao desbloqueio desta cidade perversa, que coloca as comunidades na periferia. Aquelas que se atrevem a desbloquear esta cidade bloqueada são condenadas pelas próprias autoridades e por políticas públicas à expulsão. Entretanto, essa esperança foi plenamente frustrada. A Constituição de 1988 não foi respeitada, a Lei Orgânica do Município não foi respeitada, o Plano Diretor da Cidade não foi respeitado, e esta cidade continua bloqueada. Esses instrumentos que são estratégicos no planejamento urbano, e assim visualizávamos na época da discussão do anterior Plano Diretor, são precisamente o imposto progressivo e a Área de Especial Interesse Social.

(PALMAS)

A Área de Especial Interesse Social vai identificar para esse planejamento quais são as áreas urbanas suficientemente infra-estruturadas, mas não suficientemente adensadas, que têm que ser dirigidas à habitação popular. E o imposto progressivo serve para penalizar precisamente aqueles que estão contra a lei, aqueles que guardam essa construção coletiva, que é o solo urbano, não para moradia, não para investirem nesse solo, mas para especulação, para esperarem o maior valor da terra.

(PALMAS)

Há dois princípios fundamentais na Constituição, como em toda Constituição de países mais modernos: um princípio estratégico que diz que a terra rural é para produzir alimentos e outro princípio estratégico, para a convivência harmônica da cidade, que diz que a terra urbana é para ser ocupada. Nós colocamos esse discurso e muitas vezes somos chamados de

demagogos porque esse discurso é que arranca as comunidades a baterem palmas. Mas nós colocamos isto também não como um conceito geral e abstrato. Essa experiência do Plano Diretor, esse contexto institucional e legal que hoje tem na Cidade do Rio de Janeiro e essa situação caótica do ponto de vista urbano que também gera violência, exige que o problema habitacional, o problema do solo urbano seja caracterizado como elemento estratégico. Não vai haver possibilidade de respeitar o meio ambiente, não existe possibilidade de saúde se não está resolvido o problema de habitação popular. E não existe, por mais recurso que o Governo Federal, Estadual ou Municipal disponibilizem para construir habitação popular, se continua esse manejo institucional do solo urbano com esse conceito de direito absoluto da propriedade. Eu faço o que quero e se quero deixo essa terra vazia durante anos até que ela se valorize.

Então, nossa proposta é precisamente que o imposto progressivo mais as Áreas de Especial Interesse Social sejam caracterizadas como instrumentos estratégicos do Plano Diretor. Com nossa experiência, experiência das comunidades, da universidade, sabemos que a Universidade Federal Fluminense, a Uerj, rapidamente poderão localizar quais são as áreas urbanas que têm que ser consideradas como Área de Especial Interesse Social, com uma legislação que determine medidas de lote, proibição de remembramento, de tal modo que essas áreas urbanas sejam conduzidas à habitação popular. Por isso nós achamos totalmente corretas as ocupações do Centro da Cidade, os que estão reivindicando os grandes vazios urbanos da cidade extremamente infra-estruturados, como Área de Especial Interesse Social.

Finalmente, queria afirmar que não existe, através de nossa experiência dos conflitos, possibilidade de paz social sem desbloquear esta cidade através de uma legislação adequada do solo urbano.

Obrigada.

(PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (DR. JAIRINHO) - Senhor Maurício. Não estando presente, Sr. Ricardo Pereira Lira, da OAB.

Sr. Ricardo, para ficar registrado nos Anais da Casa, o senhor é representante da OAB?

O SR. RICARDO PEREIRA LIRA - Da OAB. Meu caro Presidente, Srs. Vereadores componentes da Mesa, meus companheiros, eu vou ser brevíssimo, para não tomar o tempo dos companheiros das associações e das várias entidades que aqui estão e que pretendem, aproveitando-se desta Audiência Pública, falar especificamente dos problemas que os preocupam.

Mas quero dizer, inicialmente, que aqui estou representando a nova OAB do Rio de Janeiro.

(PALMAS)

Vim aqui especificamente por determinação do Presidente. Wadih Damous, e que, como todos nós, que depois de 12 anos de luta democrática conseguimos recuperar a nova Ordem do Rio de Janeiro, quero dizer aos companheiros que essa corrente de pensamento que hoje administra a Seccional da Ordem dos Advogados é um conjunto de jovens que entendem que o Direito não é apenas um instrumento de solução de conflitos entre as pessoas, mas é, sobretudo, um instrumento de transformação social no sentido de uma verdadeira democracia e de uma verdadeira justiça social. Dentro dessa concepção, é evidente que o Plano Diretor é evidente que o Estatuto das Cidades, com os seus inúmeros instrumentos, representem a consolidação dessa participação efetiva do povo, da sociedade civil como um todo, através da gestão democrática da cidade, o que não tem sido observado. A gestão democrática precisa, evidentemente, ser observada a partir do momento em que vão nascendo no seio do próprio Executivo as proposições a serem submetidas à casa do Legislativo, e isso historicamente não aconteceu. E agora temos programadas algumas Audiências Públicas, efetivamente deve haver a participação popular, mas quero dizer - e falo em nome do meu Presidente da OAB - que a OAB está inteiramente disposta a ficar ao lado da sociedade civil para discutir e colaborar naquilo que possa, dentro da sua modéstia, (PALMAS), com a elaboração de um Plano Diretor que corresponda aos anseios da sociedade. O Plano Diretor, como todos nós sabemos, por uma imposição da própria Constituição, é a formatação da função social da propriedade. E o que é a função social da propriedade em uma expressão muito simples? É o fato de que o titular da propriedade, e portanto o titular da terra, tem obrigações para com a sociedade, não tem só prerrogativas, tem obrigações. Então, eu quero dizer-lhes, valendo-me das palavras que aqui foram proferidas pelo representante do Ippur, Carlos Weiner, representando o meu eminente amigo Adauto Lúcio Cardoso, que a OAB está inteiramente à disposição do Ippur, e de tantos quantos queriam, para que nós propiciemos seminários, debates, porque efetivamente é preciso que não aconteça com o Estatuto das Cidades o que aconteceu com o Estatuto da Terra, o que levou ao aparecimento justo e exato do MST, que o eminente economista internacional Celso Furtado considerou um dos movimentos mais expressivos da comunidade brasileira, e já começa a desenhar-se também nos espaços o Movimento dos Sem-Teto. Isso efetivamente tomará corpo se o Executivo, o Legislativo e o Judiciário de cada unidade federativa não se conscientizarem da necessidade absoluta de uma sociedade

inteiramente justa e equânime (PALMAS). Já estou encerrando e devo confessar-lhes que apenas anteontem fiz uma primeira leitura desse Substitutivo nº 3, que na realidade é a proposta de um novo Plano Diretor, que é preciso ser estudado. Em uma simples leitura de alguns momentos, verifiquei, por exemplo, a falta de dois instrumentos fundamentais: um, o direito de superfície, que é fundamental para um uso amplo, um leque alternativo do uso da propriedade; e outro, que é fundamental, porque é um instrumento essencial para a regularização fundiária, que é um dos pontos nodais de um Plano Diretor, que é exatamente o da concessão para fins de moradia (PALMAS). Permita-me, Presidente, já estou encerrando, dizer que não será através do usucapião, não se iludam, que nós conseguiremos a regularização partindo de terras particulares, porque a Legislação Federal do usucapião é excessivamente complexa e pesada, de modo que - e não se aplica aos bens públicos, evidentemente - para regularização fundamental, tendo por objeto os bens públicos, nós só temos uma concessão real de uso resolúvel, de uso do velho Decreto nº 271, de 1977, e essa concessão, para fins de moradia, criada pela MP nº 2.220. É fundamental que haja toda uma reformulação desse esquema, inclusive um fortalecimento dos instrumentos da edificação e do parcelamento compulsórios, porque esses são os instrumentos que realmente conduzem à repressão da especulação imobiliária.

Quero dizer-lhes, mais uma vez, que a OAB, juntamente com as demais entidades, inclusive a Uerj, de onde sou professor militante há vários anos e onde tive o prazer de criar uma área de concentração voltada para o Direto da cidade. A OAB estará ao lado dos senhores, junto com a sociedade civil, para conseguirmos a implementação de um Plano Diretor justo equânime.

Muito obrigado.

(PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (DR. JAIRINHO) - O Sr. Augusto Cesar Boisson, APPP, Leblon e Ipanema.

O SR. AUGUSTO CESAR BOISSON - Boa tarde a todos.

Represento a Associação de Proprietários de Prédios, Leblon e Ipanema, e também uma organização criada recentemente, em 14/02, que é o Consul - Conselho Comunitário da Zona Sul, onde não temos Presidente nem Vice-Presidente, temos apenas representantes dos bairros lutando pela ordem pública e urbana. O nosso lema é: "Chega de bandalha". A cultura da bandalha tem que terminar. Inclusive, queria fazer uma sugestão a todos os presentes que representam associações, e também aos não representantes de associações, àqueles que

representam entidades importantíssimas, como a nossa Ordem dos Advogados.

Senhor Presidente, Dr. Jairinho, queria fazer um rápido agradecimento: agradeço aos Vereadores que foram à Zona Sul, a uma Audiência Pública do Plano Diretor - Vereadores Jorge Felipe, Aspásia Camargo, Liliam Sá - que não está presente aqui, é uma pena - e Guaraná - Vereador sempre presente na Zona Sul, tentando resolver problemas. Esses realmente mostraram-se guerreiros, porque foram lá tentar solucionar problemas para o futuro, para a futura votação das Emendas ao Plano Diretor da cidade.

Quero também parabenizar especialmente, como não poderia deixar de ser, o leão do Plano Diretor: Vereador Eliomar Coelho, um batalhador que vem de longa data sendo impedido, com processos engavetados. E nada funciona. A Câmara não funciona não é porque a população não está presente, está presente sim; mas é prejudicada por Vereadores de bancada do Sr. Prefeito, que não deixam o processo andar. Isso vem se arrastando por anos, porque é muito mais fácil governar uma cidade com medidas provisórias municipais com a ponta de uma caneta. Haja vista as faixas que foram colocadas aqui, que sempre solicitam que arestas sejam aparadas. E a população fica afastada de Presidentes de Associações vinculadas a cabos eleitorais e que não reclamam! É óbvio: recebem, não podem reclamar.

Então, vamos fazer com que o povo esteja presente agora com o Consul. São pessoas de caráter ilibado, notáveis e que não estão vinculadas a partidos. Apenas respeitam os Vereadores, porque esses é que fazem as leis. Não adianta ficarmos reclamando aqui; temos que nos dirigir a eles, porque eles é que nos representam, nós os colocamos lá. Portanto, temos que jogar duro, fiscalizar a Câmara, assim como a Câmara tem que fiscalizar o Plano Diretor e a Prefeitura. Porque a desordem urbana é grande. É impossível viver bem, hoje, na cidade. Falo pela Zona Sul, respeitando as demais zonas, que têm problemas até mais sérios do que os da Zona Sul.

Agora, há esses pólos gastronômicos, criados pela indústria do alvará, com associações metidas nisso até o fio do cabelo, organizando linhas de ônibus para ruas que não podem ter ônibus passando, liquidando com a Zona Sul, que é um pólo turístico. Não temos nem condições de receber um turista de outro bairro, quanto mais um turista estrangeiro. O loteamento de nossas praias, isso o Plano Diretor tem que assimilar. Invasão de nossas calçadas: não sou contra o comércio, nem poderia ser porque ele emprega, inclusive, moradores da área. Mas não podem obstruir nossas calçadas, nosso espaço público, que está sendo invadido por botequins; a cada dia que passa, na Zona Sul, cria-se um botequim.

Tudo bem, precisamos todos trabalhar; mas temos que respeitar os direitos dos moradores. Temos visto uma população inteiramente desprotegida por associações fajutas.

Vereador Eliomar Coelho, o senhor usou um termo muito bem quando se pronunciou à respeito das Audiências Públicas, que elas seriam fajutas, quando fossem realizadas. Não acredito, mas isso pode acontecer se os temas abordados nessas reuniões não forem realmente levados a sério. Aí, sim, estarei mais uma vez na Tribuna falando: “São fajutas!”

E daqui a um ano e meio ou dois anos, nas eleições, vamos ver que, realmente, não vai sobrar um Vereador para contar a história.

Então, depende deles serem reeleitos, com todo o mérito, trabalhando e fazendo desse Plano Diretor um exemplo que pode resgatar a memória de Vereadores que não trabalharam anteriormente. Vamos olhar para o Centro da Cidade, que está abandonado, para o Leblon e Ipanema, onde se tombam prédios, em vias de acesso de alto fluxo urbano de transporte e, ao mesmo tempo, em Santa Teresa, onde se quer elevar o gabarito. Isso é uma piada!

Por isso, encerrando, a justiça brasileira - que eu, inclusive, poderia pedir ao digno representante da Ordem que voltasse os olhos um pouco para isso - perdeu, ou melhor, a Prefeitura do Rio de Janeiro perdeu em 1ª Instância, as Varas de Fazenda Pública, o processo Apac, que foram tombamentos criados com uma cortina de fumaça para se fazer uma especulação imobiliária no futuro, reserva de mercado, onde deixam os idosos, hoje sem condições de descer as escadas. São prediozinhos de três andares, numa avenida como a Avenida Bartolomeu Mitre e como a Avenida Ataulfo de Paiva, por exemplo. Não há condições de haver prédios daquele tamanho naquela região. Ali tem que fazer estabilização, uma renovação, mas não. O Sr. Prefeito tombou por atacado; entrou couve-flor, chuchu, cenoura tudo no meio, como se fosse uma feira, e, agora, a justiça deu o seu parecer. Foi julgada, por unanimidade, no Tribunal de Justiça, e a Prefeitura perdeu mais uma vez, não só na 1ª Instância como na 2ª e já teve os seus embargos de declaração rejeitados por três a zero, e o Supremo vai-se pronunciar breve.

Então, pedimos que o assunto Apac - Área de Preservação do Ambiente Cultural da Cidade do Rio de Janeiro - seja revista, porque é boa, é séria, é um instituto que realmente disciplina o reordenamento urbano, mas não pode ser feita com uma caneta. De noite, dorme-se como proprietário e acorda-se sócio da Prefeitura. A Constituição tem que ser usada. A sociedade não foi ouvida. Chega de medidas arbitrárias do Sr. Prefeito! Não porque é o Sr. Prefeito Cesar Maia, não é esse o problema, poderia ser outro, mas, infelizmente, é ele. Então, por isso as críticas a ele, que se está transformando no Tibério Cesar Maia. Não se pode regular toda a vida de uma cidade numa caneta! A

Câmara tem que ser ouvida! E a sociedade, em primeiro lugar, tem que ser ouvida!

Então, eu quero que o Plano Diretor não seja tratado como se fosse um simples assunto de um ordenamento urbano ou de uma Audiência Pública. As Apacs, querem dizer propriedade privada. Se a justiça já deu parecer contrariando, julgando inconstitucional, eu acho que é bom seguir essa linha! Porque, senão, esse Plano Diretor pode ser conspurcado como uma série de processos judiciais. Então, vamos seguir a linha da justiça e da moralidade. Porque num país sem justiça, acontece o que já está acontecendo agora. Não podemos admitir isso!

Peço à Câmara Municipal que inclua o assunto Apac, tombamentos imorais e ilegais. Vamos preservar o que for para preservar que seja bom para a cidade, para a memória da cidade; agora, não podemos fazer negociatas políticas, negociatas econômicas.

Então, por favor, vamos atentar quando o cidadão da classe média ou das classes menos favorecidas perdem sua propriedade, não vai ficar bom o negócio. Então, eu peço a atenção para a propriedade privada.

Muito obrigado, Srs. Vereadores. Desculpem o meu destempero aqui, mas eu estou falando em nome de uma população revoltada.

(PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (DR. JAIRINHO) - O senhor está certo. Vou dar oportunidade a outros colegas.

Com a palavra, Marcos Azevedo, do Sindicato dos Arquitetos e do Fórum do Plano Diretor.

(PALMAS)

O SR. MARCOS AZEVEDO - Boa-tarde.

Primeiramente, queria deixar o meu protesto aqui contra a maneira autoritária como esta Audiência está sendo conduzida.

A Mesa teve uma atitude de desrespeito a esse Plenário. Particularmente, isso é muito grave. Quando o Vereador Jairinho, que está presidindo esta Sessão, se levanta e tenta identificar no Plenário os companheiros que estão protestando contra esse desrespeito, tentando intimidar pessoas que estão aqui exercendo o seu direito. Isso é inaceitável!

Eu vou ler aqui um documento que o Fórum do Plano Diretor elaborou para apresentar aqui hoje. Agora, há algumas questões relacionadas a essa discussão do Plano Diretor, que são extremamente graves. São graves, inclusive, para avaliarmos quais as dificuldades que a Prefeitura dessa cidade tem e qual a responsabilidade que a Câmara Municipal tem nesse processo.

Na verdade, estamos falando de um retrocesso em nossa cidade. Foi falado aqui, em vários momentos, sobre a Lei Orgânica que tem diretrizes fundamentais para a nossa política urbana, de um Plano Diretor que é considerado exemplar em nível nacional. Na verdade, essa Câmara Municipal se omitiu em relação à fiscalização e à avaliação desse Plano Diretor. Como também se omitiu em fazer a revisão do Plano Diretor, quando ele completou 10 anos em 2002. Como também se omitiu em fazer a adequação desse Plano Diretor ao Estatuto da Cidade, que é a Lei Fundamental do Desenvolvimento Urbano, uma Lei que foi aprovada em 2001. Nós, no Rio de Janeiro, não estamos discutindo simplesmente um prazo que foi encerrado agora. Havia um prazo de cinco anos, para que todos os municípios elaborassem ou revisassem o seu Plano Diretor; prazo esse que se extinguiu agora em outubro. Ou será que estamos apenas discutindo como é que vamos conduzir esse processo agora no período que estamos apontando para frete?

Na verdade, temos uma série de omissões nesse processo. Há o relato que o Vereador Jairinho fez aqui de como podemos ter nessa Câmara um projeto de lei desde 2001, um Projeto de Lei feito de forma autoritária, que não atende ao Estatuto da Cidade, mas que, no entanto, está aí. Depois da vinda desse Projeto de Lei, uma série de atropelos, de substitutivos foram apresentados, de forma que, se formos fazer esse relato em qualquer outro município, ninguém vai poder considerar esse processo como sério.

Na verdade, hoje, quando estamos discutindo esse projeto, nesta Audiência Pública inaugural, nossa grande discussão é se o processo que está sendo desenhado para frente, ou seja, a proposta feita pela Câmara Municipal vai superar essas distorções ou não. E eu vou aqui afirmar que não! Porque, em primeiro lugar, essa Audiência Pública não poderia estar sendo realizada hoje porque apresentamos, em novembro do ano passado, uma proposta à Câmara de como nós poderíamos conduzir um processo de discussão do Plano Diretor de uma forma democrática. No entanto, a Câmara de Vereadores ignorou essa proposta e preferiu aprovar uma Resolução que, no nosso entendimento, não atende às necessidades da discussão.

(PALMAS)

Nós não estamos falando aqui que as Comissões Permanentes não possam fazer as suas Audiências Públicas. Pode ter Audiência Pública da Comissão Permanente. Não estamos falando que a Comissão Especial também não possa fazer as suas Audiências Públicas e que nós não possamos fazer reuniões como essas aqui. Mas, nós estamos tratando de uma cidade de 6 milhões de habitantes, onde é essencial que a gente faça essa

discussão de forma descentralizada, pelas áreas de planejamento e pelos bairros.

(PALMAS)

Essa discussão também não pode começar pela proposta. A proposta é o final. A Vereadora Aspásia Camargo, em sua fala inicial, mencionou que ela sentiu falta de um diagnóstico. Que nós não temos um diagnóstico e de que nós teríamos que fazer um diagnóstico. Eu concordo com a Vereadora. O problema é como a Câmara de Vereadores e a Comissão Especial aceitaram uma proposta que sequer tem um diagnóstico. Qual é o embasamento dessa proposta? (PALMAS) Qual é o embasamento dessa proposta?

Então, companheiros, para não tomar mais o tempo, para encerrar aqui, eu queria, nesse documento que nós distribuimos, como foi colocado aqui pelo Sr. Carlos Vainer, do IPPUR, se nós queremos o processo pactuado, o processo todo tem que ser pactuado. Nós estamos exigindo participar do processo como um todo. As entidades, as representações que estão aqui, nós não somos platéia para reunião de Comissão Especial de Câmara de Vereadores. Nós não somos platéia para Comissão Permanente da Câmara de Vereadores. Nós temos propostas para esta cidade. E nós queremos discutir essa cidade. Então, nós entendemos que esse processo que está colocado na Resolução, ele é falho, ele tem que ser revisto e tem que incorporar as contribuições e as propostas da sociedade.

(PALMAS)

E a partir daí, estabelecermos um processo com Audiências de Comissão Permanente, com seminários, com reunião descentralizada, fazendo uma conferência para nós aprovarmos a proposta do Plano Diretor.

(PALMAS)

Rapidamente, eu vou ler o documento do Fórum.

(LENDO)

**FÓRUM POPULAR DE ACOMPANHAMENTO DO PLANO DIRETOR
O Rio de Janeiro exige um Plano Diretor Participativo!**

A Prefeitura e a Câmara Municipal vêm conduzindo o processo de revisão do Plano Direto de forma autoritária, sem a realização de estudos técnicos e sem interagir com as associações de moradores, as universidades, os sindicatos e as demais

entidades da Sociedade Civil. Depois de anos cobrando uma posição das autoridades, não dá mais para deixar pra lá!

O Rio de Janeiro é a única grande cidade do Brasil que ainda não fez a revisão do seu Plano Diretor!

- DENUNCIAMOS o Prefeito Cesar Maia, pela omissão administrativa na condução da revisão do Plano Diretor em desacordo com a Constituição Federal e com o Estatuto da Cidade!

- DENUNCIAMOS a Câmara Municipal do Rio de Janeiro, por ter atuado de forma desrespeitosa no mesmo processo de revisão, aprovando uma resolução que, DELIBERADAMENTE, ignora o Estatuto da Cidade, as Resoluções do Conselho Nacional das Cidades e a Recomendação do Ministério Público!

As nossas reivindicações são:

1. Que seja REVOGADA a Resolução Nº 1052/2006; que trata da tramitação do Plano Diretor na Câmara Municipal, e seja instalada uma coordenação compartilhada do processo de revisão do Plano Diretor, com a participação da Prefeitura, da Câmara Municipal, dos Órgãos Públicos Estaduais e Federais e da Sociedade Civil, nos termos da Resolução Nº 25/2005 do Conselho Nacional das Cidades e da proposta apresentada em novembro/2006;

2. Que sejam divulgados os dados sobre imóveis vazios, subutilizados ou ocupados por população sem-teto, em toda a cidade, identificando os instrumentos urbanísticos a serem aplicados em cada caso. Para todos os imóveis vazios ou subutilizados, IPTU PROGRESSIVO JÁ!! Para as ocupações, REGULARIZAÇÃO JÁ!!

3. Que os prédios e terrenos vazios e subutilizados existentes no Centro do Rio de Janeiro, particularmente na Zona Portuária, sejam destinados, prioritariamente, para a implantação de programas de moradia popular;

4. Que seja suspensa a política criminosa de remoção de comunidades pobres, tais como as já executadas no Canal do Cortado, no Arroio Pavuna e a que já foi iniciada no Canal do Anil.

(INTERROMPENDO A LEITURA)

E vamos a uns “parênteses” aqui: com a participação da própria Prefeitura!

(LENDO)

“Que sejam arquivados todos os Projetos de Emenda que tentam alterar o Artigo 429 da Lei Orgânica Municipal!”

(INTERROMPENDO A LEITURA)

Eu proponho que a Comissão Especial assumira esse compromisso aqui hoje!

(LENDO)

5. Que sejam respeitados o PEU São Cristóvão, o PEU Vargens e todos os demais, e que sejam revistos todos os licenciamentos imobiliários em desacordo com essas Leis;

6. Que as Aparu do Alto da Boa Vista e da Serra da Misericórdia sejam revistas e debatidas com as organizações comunitárias e integradas ao debate do Plano Diretor!

7. Que a APA de Santa Teresa seja regulamentada, preservando o caráter residencial do bairro, e que seja mantido o potencial construtivo em vigor (IAT igual a um);

8. Que sejam incorporadas, no debate e no processo decisório, as comunidades e bairros atingidos pelas intervenções e alterações urbanísticas promovidas sob o argumento da viabilização dos Jogos Pan-Americanos de 2007!

9. Que a Câmara Municipal DEVOLVA o PLC 25/2001 e o Substitutivo Nº 3, reconhecendo o caráter de ILEGALIDADE e ILEGITIMIDADE do processo de revisão do Plano Diretor conduzido pela Prefeitura Municipal, bem como a fragilidade das propostas contidas nestes projetos, que não atendem às questões mais urgentes da Cidade!

(PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (DR. JAIRINHO) – Sra. Lúcia Salino.

A SRA. LÚCIA SALINO – Bem, fica difícil falar depois que o Marcos Azevedo falou. Já há algum tempo que nós constituímos um fórum para discutir o andamento do Plano Diretor, porque é uma medida legal e teria até que ter sido concluído em outubro de 2006. Quer dizer, se falou, inclusive, que nunca se cumpriu o Plano anterior. E não foi por culpa de cidadãos dessa cidade que ele não foi cumprido, mas, sim, pelo próprio Poder Executivo que elaborou formas de passar por cima de uma Lei que foi construída pelo conjunto da sociedade. Quer dizer, a Prefeitura instituiu o plano estratégico e passou a governar sobre ele. Estamos em 2007, o nosso estatuto, o prazo dele se extinguiu em 1992 e até hoje não temos Lei que obedeça ao planejamento urbano da cidade.

Então, nós aqui sociedade organizada – sou da Famerj – tem o Sarj, tem o Iphan/Rio, tem Conselho Popular, tem Sindicatos, estamos aqui primeiro pedindo a inclusão da nossa participação no Plano Diretor (PALMAS). E tanto estamos fora dessa participação que na Mesa não tem uma entidade nossa.

Então, está aí comprovado o processo de exclusão da população. O Plano Diretor não é um plano pactuado socialmente na medida que o próprio Poder Público não nos inclui na sua elaboração. Então, nós aqui da Famerj concordamos com as propostas apresentadas pelo fórum e queremos, sim, uma nova estruturação da condução desse Plano Diretor, e que nós entidades populares estejamos incluí-dos dentro desse processo; então, estará em curso, que acho que deve ser revisto. É para isso que nós estamos aqui. Colocou-se que a sociedade nunca participa, está sempre de fora. E nós estamos comprovando aqui que é o contrário; nós queremos participar. E quando o Poder Público nos dá essa oportunidade, certamente estaremos presentes e não só para aplaudir, mas para inserir o que nós temos direito e que está na Lei.

(PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (DR. JAIRINHO) – Claudio Pereira, União de Moradia Popular do Rio de Janeiro.

O SR. CLAUDIO PEREIRA – Bom dia à Mesa. Sou representante da União de Moradia Popular do Município do Rio de Janeiro, moro numa comunidade carente em Santa Cruz, tenho muita esperança que essa Casa volte a representar realmente o povo do Município do Rio de Janeiro. A região onde moro é separada, são duas cidades, a dos mais privilegiados e a cidade que não aparece, pelo menos é o que a gente sente, para as estatísticas do município e acredito para a Câmara de Vereadores, porque na nossa região falta tudo.

Então, se a Câmara de Vereadores realmente quer fazer com que essa cidade seja inteira, não seja partilhada, ela tem que cumprir o Plano Diretor. Como alguém já falou tem que ter uma Audiência Pública em todas as regiões. Não sendo assim nada disso que está se tentando fazer aqui vai resolver. Porque a Zona Oeste pobre que engloba Pedra de Guaratiba, Campo Grande, Bangu, alguns setores mais abastados financeiramente, mas não muito poucos, é o segundo maior colégio eleitoral do município, no entanto lá falta tudo; falta regularização fundiária, falta transporte. O transporte de Sepetiba para cá custa R\$ 4,00, é o transporte mais caro dentro do Município do Rio de Janeiro, somos obrigados a utilizar o transporte alternativo porque não existe uma política de transporte, a política de transporte só contempla o setor rodoviário. Então, infelizmente nós não estamos falando de uma cidade justa, onde não tem educação, saúde, trabalho. E agora está chegando lá a CSA que inclusive vem trazendo 600 chineses para fazer o trabalho de construção dessa empresa e, no entanto nós temos um índice enorme de profissionais desempregados, sem capacitação profissional na nossa região. Temos a Milícia matando a criançada toda. E se

fala muito em violência e essa sempre vai existir quando não se tem uma cidade justa. Morre uma criança por dia, em Antares morre uma criança por dia.

Como vai se resolver o problema se não temos uma cidade justa, se não temos capacitação profissional, se não temos sequer educação naquela região, não tem uma faculdade naquela região! Então, para ser justa uma cidade ela tem que abrir todos os leques; tem que discutir a regularização fundiária. E a Câmara de Vereadores tem a grande oportunidade de resolver esse problema, esses Vereadores que estão aqui têm a grande oportunidade de resolver esse problema, esses Vereadores que estão aqui têm a grande oportunidade de virar História no Município do Rio de Janeiro fazendo com que esse Plano Diretor dê certo, que essa população excluída de tudo comece a participar de uma cidade justa. Então, se cumprir apenas uma parte, pois é isso que nós queremos e o Marcos Azevedo colocou muito bem, se cumprir apenas uma parte, não quero tudo, não, mas se a Câmara de Vereadores sentar para negociar com a sociedade nós vamos realmente fazer um Plano Diretor com a participação de toda a Cidade do Rio de Janeiro.

Muito obrigado.

(PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (DR. JAIRINHO) – Com a palavra, Sr. Aldair, Central do Movimento Popular.

O SR. ALDAIR – Boa tarde a todos! Não vou ser repetitivo. Já fomos contemplados pelo documentos do Fórum do Plano Diretor, lido pelo companheiro Marcos, do Sindicato dos Arquitetos. Só queria fazer algumas reivindicações. Acho algo absurdo que em nosso país a participação popular precise ser obrigação legal! Precisa virar Lei para que a população possa participar! Mesmo sendo Lei, nós estamos aqui exigindo que esta Casa e o Prefeito da Cidade do Rio de Janeiro convoque a população para discutir o planejamento desta cidade. Só dessa forma vamos, realmente, ter uma cidade maravilhosa, e não tão partida!

Eu queria, agora, também fazer uma cobrança a esses Vereadores: vocês foram em suas bases convocá-las a participar da elaboração do Plano Diretor da sua cidade? Ano que vem tem eleição e nós sabemos muito bem – nós, que somos lideranças comunitárias – que recebemos os tapinhas nas costas, pedidos para acompanhá-los dentro das comunidades, porque precisam de votos, precisam conhecer as comunidades. Nessa época vocês aparecem; mas para chamar para discutir a cidade que nós queremos, vocês se omitem e ainda fazem – estou em pé vendo muito bem – algumas caras feias quando nós, população,

falamos! Eu quero ver fazer cara feia lá dentro da comunidade na hora que for pedir o voto! Aí, sim! E a sociedade só não está bem representada aqui porque o povo está trabalhando para pagar o salário de vocês nesse horário! Outra coisa: a sociedade está representada aqui pelas entidades que se inscreveram e vieram aqui para se colocar. Temos entidades aqui muito representativas da população da Cidade do Rio de Janeiro. Isso é o que eu quero deixar bem claro aqui. Precisamos sair daqui de dentro desta Casa; queremos fazer Audiência dentro do local de moradia, em horário no qual a população possa participar, realmente. Não queremos essa farsa que se apresenta aqui, hoje. Não estamos num picadeiro aqui para bater palmas para ninguém, não! Viemos reivindicar uma cidade justa para todos! Muito obrigado!

(PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (DR. JAIRINHO) – Sr. Jandir Borges, da Associação dos Moradores de Tijuáçu, do Alto da Boa Vista.

O SR. JANDIR BORGES – Boa tarde a todos! Não deixaram quase nada por falar, mas tenho aqui alguns tópicos. Senhores, o Plano Diretor se faz de todos para todos. De que forma? Vamos participar de seus instrumentos. As áreas de especial interesse social, Srs. Vereadores, as favelas, as comunidades, os loteamentos, só crescem! Por quê? Ao longo dos anos, nenhum governo – me refiro às três esferas – criou ou executou programas ou projetos de habitação para a população mais sofrida, de baixa renda. Então, senhores, tenho algumas sugestões. Sr. Vereador Jorge Felipe, Sra. Vereadora Aspásia Camargo, naquela Audiência do dia 25 de outubro de 2005, eu estava na Faculdade São Camilo, quando por ocasião dei algumas sugestões. Hoje vou deixar cópias das mesmas novamente. Sugestões na área de transportes, de meio ambiente e educação. Não vamos resolver todo o problema. Mas se disponibilizarmos um pouco mais, já vai resolver muito! Fala-se muito e faz-se pouco! As comunidades, mais de trezentas urbanizadas, quantas têm seu título, sua regularização fundiária. É um problema que ninguém resolve! Temos processos na União, no Estado (desde 88 no Estado do Rio de Janeiro) e na Prefeitura. A Prefeitura, claro, urbanizou nossa comunidade com o Projeto Bairrinho, ali no Alto da Boa Vista. Esperamos ver esse título de regularização fundiária. Como também, Srs. Vereadores, naquela mesma Audiência, perguntei a vocês sobre a Aparu do Alto da Boa Vista. Eu estava lá na Comissão, e o Vereador Eliomar Coelho, também fazendo parte daquela Comissão naquele dia, falou que teria que fazer alguns estudos. Pergunto a vocês: foram feitos alguns estudos para a Apura do Alto da Boa Vista, que está tramitando aqui nesta Casa? Fizeram alguma

Audiência, especialmente para tratar com os moradores do bairro do Alto da Boa Vista, e adjacências, que são contemplados e são os mais afetados em todas as áreas de transportes etc.? É isso que deixo, e vou deixar uma cópia para os senhores novamente, par que tenham alguma solução e que marquem uma Audiência, porque sabemos que o Projeto da Aparu está tramitando nesta Casa.

Muito obrigado.

(PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (DR. JAIRINHO) – Quero registrar a presença do Vereador Stepan Nercessian e do Vereador Luiz Carlos Ramos. Quero passar a palavra para o Sr. Vereador Romualdo Boaventura.

O SR. VEREADOR ROMUALDO BOAVENTURA – Senhor Presidente desta Comissão Especial, Vereador Dr. Jairinho, Srs. Vereadores que compõem esta Comissão Especial, Srs. Vereadores e Vereadoras presentes no Plenário Teotônio Villela, Srs. representantes dos diversos organismos, aqui, hoje, nesta reunião de abertura, nesta Audiência Pública de abertura desta Comissão: estou aqui desde o início da reunião e ouvi atentamente os diversos pronunciamentos que aqui foram feitos.

Em primeiro lugar, eu queria parabenizar a iniciativa da Câmara de Vereadores, já que recentemente retornei ao Poder Legislativo, na condição de Vereador, mas queria parabenizar porque, quando estive aqui, logo no primeiro dia, havia uma manifestação um grupo de representantes dos diversos segmentos da sociedade, reivindicando essa questão do Plano Diretor. Essa questão do Plano Diretor, realmente, se arrasta há algum tempo nesta Casa, como se arrastaram diversos Planos de Estruturação Urbana, num dos quais, o de Campo Grande, tivemos oportunidade de ter uma participação efetiva e, naquela ocasião, sermos autores de uma Comissão Especial, que também deu início, prosseguimento e fim com a votação do Plano de Estruturação Urbana – o PEU de Campo Grande. Queria parabenizar a iniciativa, os Vereadores que compõem esta Comissão, parabenizar o Presidente da Casa, Vereador Ivan Moreira, pela Resolução que a instituiu e que normatiza os procedimentos desta Comissão.

Queria dizer que não concordo com algumas posições no que diz respeito à falta de procedimento democrático. Acho que estamos aqui exercendo o mais pleno exercício de democracia que podemos fazer. Esta Casa de Leis é uma Casa representativa. Dentro dos parâmetros legais, aqui foram eleitos 50 Vereadores. Cada Vereador que está aqui, nesta Casa de Leis, representa, legitimamente, uma parcela bastante significativa da sociedade

carioca, e precisa, por isso, legalmente eleitos, ser respeitado no exercício do seu mandato e no exercício de suas prerrogativas. Então, queria dizer, Sr. Presidente, que os aspectos legais, os aspectos democráticos que V. Exa., que pela primeira vez vejo presidir uma Sessão... eu acho que nós estamos no caminho certo. Embora a democracia seja desgastante, a democracia seja difícil, tem que ser exercida na sua plenitude, tem que ser exercida com coragem, como a coragem com que V. Exa. e esta Comissão estão começando esse trabalho de revisão do Plano Diretor. Acho que, como foi colocado pelo nobre Vereador Jorge Felipe, a abertura para que as diversas instituições e segmentos da sociedade participem diretamente, pelo que entendi, apresentando suas proposições, apresentando suas Emendas, essa abertura, independentemente das proposições e independentemente de serem via Vereadores, acho que não há uma abertura maior. O que a sociedade precisa, e na verdade todos nós, e foi isso que foi colocado, é discutir mesmo no âmbito da sociedade. A Câmara Municipal é um dos instrumentos da sociedade, é a representação, é para onde têm que convergir todas essas proposições, e aqui os seus representantes, os representantes da cidade e, volto a dizer, legitimamente eleitos, têm que debater e aprovar aquelas Emendas que serão possíveis, que serão legítimas e que serão legais. Este é o procedimento, não há outro.

Eu entendo que essas Audiências Públicas, assim como aquelas que serão realizadas pelas Comissões Permanentes, em nada impedem, em nada amarram, em nada prejudicam o debate da sociedade como um todo. O que impede que a UERJ, que os diversos organismos e as instituições todas que estamos vendo aqui, que foram cadastradas, e outras, que elas possam realizar as suas Audiências, que possam realizar as suas discussões no seu âmbito e, como participação, convidar também a nossa Comissão, o Presidente ou algum membro da Comissão, ou os Vereadores como um todo; eu gostaria de participar dessas discussões, no âmbito da sociedade. A abertura está dada aqui. Eu não consegui entender, Presidente, Vereadores e membros da sociedade que estão aqui, em que esta Audiência Pública e essa iniciativa da Comissão é anti-democrática. Ela é perfeitamente democrática. Nós estamos exercendo aqui o nosso direito democrático.

Que a sociedade debata, que a sociedade brigue e que traga para esta Casa de Leis que, quer queiram, quer não, senhores – uma parcela da população pode não querer – é a Casa de Leis da Cidade do Rio de Janeiro. É daqui que sairá a Lei do Plano Diretor. Isso ninguém poderá mudar neste momento, com todos os discursos, com toda a retórica. Nós não podemos transformar as Audiências Públicas do Plano Diretor num debate político. Nós temos que transformar isso aqui num debate para a cidade, e não num debate político menor, contra o Prefeito ou contra a

administração do Prefeito. Podemos, sim, utilizar alguns erros que possam estar acontecendo, utilizar também as experiências boas que o Rio de Janeiro vem vivenciando.

Sou Vereador da Zona Oeste do Rio de Janeiro. A Zona Oeste do Rio de Janeiro era uma antes do Governo Cesar Maia e é completamente diferente depois dos anos de Governo Cesar Maia. E é diferente mesmo. Por isso está aí, o Prefeito Cesar Maia ganha todas as eleições que disputar e, principalmente, na Zona Oeste. A resposta de lá é da população como um todo, e não de alguns segmentos.

Quero, Sr. Presidente, parabenizar V. Exa., parabenizar a Comissão e acho que estamos no caminho certo.

Muito obrigado, é o que eu tinha que dizer.

O SR. PRESIDENTE (DR. JAIRINHO) – Quero agradecer as palavras de V. Exa. e registrar a presença do Vereador Sami Jorge. Infelizmente, encerra-se o nosso tempo. Vocês vão ter oportunidade, nas Audiências Públicas das Comissões permanentes, de debater os temas específicos. Tenho certeza de que foi bastante proveitosa e produtiva essa Audiência Pública inaugural.

Muito obrigado.

Dou por encerrada esta Audiência Pública.

(Encerra-se a Audiência Pública às 13h05)